

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 9 DE ABRIL DE 2015

NÚMERO 6.809

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 003ª Sessão Ordinária realizada em 10/02/2015..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 13 Ato da Mesa 13</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.. 13 Decreto Legislativo..... 14 Extratos..... 14 Leis 14 Ofícios..... 15 Portarias..... 16 Proposta de Emenda Constitucional..... 22 Projetos de Lei 22 Redação Final 24</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

(Passa a ler.)

“Ofício n. 089/2015.

Prezado Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que a partir do dia 06 de fevereiro de 2015, assumo a Secretaria de Estado da Defesa Civil. Por esse motivo peço minha licença como Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, optando pelo subsídio de Deputado Estadual.

Certo de sua atenção, reitero os votos de estima e consideração ao tempo em que nos colocamos a inteira disposição.

Atenciosamente,
Milton Hobus”[sic]

Em função disso, passo a ler o seguinte ato.

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA Nº 004-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento, no uso de suas atribuições,

CONVOCA o cidadão Dalmo Claro de Oliveira, 4º Suplente de Coligação PSD, DEM, PMDB e PRB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Milton Hobus, indicado para o cargo de Secretário de Estado da Defesa Civil.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de fevereiro de 2015.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente”[sic]

Convido o deputado Dalmo de Oliveira para que preste o seu juramento e logo em seguida tome posse como deputado desta Casa.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO DE OLIVEIRA - “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense. Assim o prometo.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Procede-se à assinatura do termo de posse.)

Declaro empossado o deputado Dalmo Claro de Oliveira.

Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Dalmo Claro de Oliveira.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero brevemente agradecer esta oportunidade que me foi dada pelo governador do estado, pelo vice-governador e pelos meus colegas deputados que assumiram as secretarias, de poder assumir este mandato. Principalmente, quero agradecer aos 29.860 eleitores que me permitiram essa condição com o seu voto direto e através da ação de amigos e líderes que também me auxiliaram a conquistar esses votos. Alguns desses amigos estão aqui presentes, vieram aqui me prestigiar neste dia e agradeço muito a presença. Agradeço a presença da minha esposa, Juceli, representando a família neste momento tão importante e digno.

Tenho pleno conhecimento e noção da função do deputado e desta Casa de fazer leis e de fiscalizar as ações do Executivo, mas também de forma importante esta Casa deve ser uma caixa de ressonância dos anseios e das necessidades do povo catarinense. E cabe a nós sermos os intermediários, os interlocutores com a sociedade catarinense no sentido de trazermos essas questões para a Assembleia.

Nesse sentido assumo o compromisso de bem desempenhar essa função dentro da ética

e das leis. Acredito que, se melhorarmos a condição de vida de um catarinense que for, estaremos tendo sucesso na nossa missão.

Agradeço a todos a atenção, a oportunidade e peço ajuda dos colegas veteranos para que me ensinam alguns passos, bem como o apoio também dos colegas que estão assumindo conosco para trilharmos o bom caminho na Assembleia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Dalmo Claro, esta Presidência e toda a Mesa Diretora desejam-lhe boas-vindas a esta Casa e com toda certeza o Parlamento ganhará muito com sua presença pela experiência e por todo o trabalho que tem desenvolvido por Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o dr. Dalmo Claro, como líder do PMDB, e quero estender a minha saudação a sua esposa e família que aqui se encontra presente, e dizer que o recebemos de braços abertos para que, através da sua experiência na Saúde, contribua nesta Casa com seu trabalho e dedicação que sempre foi um fato peculiar na sua vida.

Seja bem-vindo!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria neste momento de desejar as boas-vindas e parabenizar o querido amigo e irmão, deputado Dalmo Claro e a sua esposa, desejando-lhe um extraordinário mandato.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a partir do momento em que você está convivendo conosco no plenário fará uma abertura muito grande para a futura eleição.

Seja bem-vindo, deputado Dalmo Claro! Conte conosco, a bancada do PMDB o recebe de braços abertos. Na condição de primeiro-vice-presidente desta Casa desejo boas-vindas a exa. Felicidades no mandato!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, da mesma forma quero desejar boas-vindas ao dr. Dalmo Claro, que está assumindo hoje com a sua larga experiência. Com certeza, v.exa. vai ajudar a contribuir para os trabalhos e assuntos importantes para Santa Catarina. Portanto, boas-vindas e conte conosco naquilo que pudermos colaborar.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Gostaria de saudar também o meu amigo, colega, Dalmo Claro de Oliveira. Nossa amizade vem desde a época do colégio Santo Antônio, de Blumenau, época em que jogávamos basquete depois das aulas, depois essa amizade continuou no movimento dos médicos residentes em Curitiba, encorpando aquela força toda para que houvesse um progresso na consideração da residência médica, efetivamente, dentro do contexto da medicina do Brasil. Acho que desempenhamos um bom papel. Lembro-me que o Dalmo era o presidente da Associação dos Médicos-Residentes do Hospital de Clínicas, em Curitiba, e fizemos uma passeata, mas a vida do Dr. Dalmo Claro não é apenas isso. Não é de passeata, não é de reivindicações, é de médico endocrinologista que embeleza a profissão médica e que também nos trouxe muita coisa boa à frente

da Unimed e também da secretária de Saúde. Então, Dalmo, é com o maior carinho que nos revemos aqui. Nossos destinos se cruzam novamente, quem sabe por belas causas em prol da sociedade catarinense.

Grande abraço!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Boa-tarde, sr. presidente, cumprimentando-o cumprimento todos os deputados aqui presentes e aproveito a oportunidade para parabenizar o Dr. Dalmo Claro.

Um profissional de conduta ilibada, que veio do norte do estado para exercer a carreira de médico. A sua profissão lhe guindou a ser um líder dentro da federação das Unimeds, fazendo um trabalho por toda Santa Catarina e tendo até reconhecimento nacional dentro da gestão que implementou no Sistema Unimed. Depois, como secretário de Estado da Saúde, fez um trabalho magnífico em toda região, quando eu, à época, era secretário de Estado de Desenvolvimento Regional do Estado. Temos uma parceria forte neste sentido, melhorando a qualidade de vida do SUS catarinense através dos convênios e da ação forte implementada pelo dr. Dalmo.

Quero parabenizá-lo e dizer que a bancada do PMDB, que nós, deputados, estamos muito felizes com a sua presença.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero cumprimentar v.exa., deputado Padre Pedro Baldissera, e todos os srs. deputadas e as sras. deputadas. Também gostaria de cumprimentar o deputado Dalmo Claro e dizer que a bancada do PCdoB deseja boas-vindas nesta Casa. Temos certeza de que v.exa. terá sucesso na prerrogativa de legislar, fiscalizar e cooperar com os atos do Poder Executivo.

Seja bem-vindo, sucesso e vamos nos immanar no projeto de, acima de tudo, pensar no nosso povo catarinense. Então, o nosso abraço.

E ao mesmo tempo, registro a presença de uma grande liderança de Tubarão, sr. Itamar Passarela, que se faz presente prestigiando esse ato no dia de hoje.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, em seu nome cumprimento a todos e quero desejar as boas-vindas ao deputado Dalmo Claro de Oliveira em nome dos deputados de Joinville, deputadoS Darci de Matos e Patrício Destro. Agora, com v.exa., representamos 10% do Parlamento Catarinense.

Eu tenho certeza de que sua vinda para cá vai ajudar muito, não apenas a região, mas como v.exa. já foi secretário de estado, usaria uma expressão do seu líder maior, senador Luiz Henrique, "por toda Santa Catarina".

Seja bem-vindo deputado Dalmo Claro de Oliveira! Em nome dos deputados e da cidade de Joinville, estamos orgulhosos e vamos ficar mais ainda pelo resultado do seu trabalho aqui.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer esse momento e cumprimentar, parabenizar o deputado Dalmo Claro de Oliveira, que trabalhou na secretaria da Saúde em Santa Catarina com dificuldade financeira, mas com muita criatividade fez um grande trabalho. Um

homem experiente, médico, que vem contribuir muito aqui com esta Casa.

Queremos cumprimentar v.exa., a cidade de Joinville, e dizer que Santa Catarina ganha um homem experiente que vem para cá contribuir para que possamos fazer um grande trabalho, não apenas para Joinville, mas sim para Santa Catarina.

Parabéns, deputado Dalmo Claro de Oliveira, e que o seu sucesso aqui seja permanente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feitas as manifestações, passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito para falar é o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, nossos amigos que estão aqui presentes na Assembleia Legislativa. Queria aproveitar para saudar o prefeito de Águas de Chapecó, sr. André; o vereador Japonês, meu particular amigo que também está na Casa junto com o Paulo Simon, que é engenheiro civil do município.

Também saúdo a sra. vereadora Norminha Espíndola, do município de Navegantes, pessoa da nossa mais alta estima.

Eu não usei antes o microfone para saudar o dr. Dalmo Claro, porque era o primeiro inscrito a fazer uso da palavra, mas quero dizer que é uma grande honra tê-lo aqui na Assembleia Legislativa pela sua história, pela sua vida, pelo respeito e admiração que temos por v.exa. Eu tenho aprendido muito nesta Casa, como sermos mais tolerantes, dialogar, mas temos muito a aprender com v.exa., sabemos que v.exa. tem muito a contribuir com Santa Catarina, a sua vinda para nós é motivo de orgulho, e sei que para toda a Assembleia Legislativa.

Seja bem-vindo e as nossas homenagens à esposa, familiares, pois sabemos que é um momento importante para o nosso estado, mas, principalmente, para a família.

Eu estou inscrito aqui para falar de dois assuntos, e um deles, é a questão das obras federais no estado.

Nós tivemos algumas rodovias paralisadas que estão em obras e que tiveram a paralisação a partir do início de dezembro. E após essa paralisação, a informação que recebemos foi que os funcionários entrariam em férias coletivas. No mês de dezembro paramos no mês de janeiro não reiniciaram. Havia sido um período de férias.

Agora, tivemos a informação de que o retorno das obras seria no dia 1º de fevereiro, agora, depois do carnaval. Mas nós fomos buscar algumas informações e parece-me que o repasse de recursos para as empreiteiras que estão executando as obras no estado de Santa Catarina estão de quatro a seis meses em atraso. E isso preocupa muito porque temos o exemplo da BR-163, que é uma rodovia que já está totalmente mexida para a ampliação, cujo projeto é muito bom, vai melhorar a segurança, aumentar a fluidez do tráfego e evitar, de forma mais organizada, a diminuição do número de acidentes.

Então, queremos um tráfego melhor e uma diminuição do número de acidentes. Entretanto, as obras, do jeito que estão, tomam a BR-163 muito mais vulnerável a acidentes. E se, efetivamente, o governo federal está realmente com o repasse de quatro a seis meses em atraso, isso nos preocupa muito.

Entendo que isso deve ser informado pelos órgãos federais para que tenhamos um esclarecimento. É o mesmo caso da BR-470, cuja obra parece estar parada.

A nossa preocupação é com aquelas obras que estão mais adiantadas, como é o caso da BR-163, mas também com as outras obras federais em Santa Catarina, inclusive com a BR-470. Sou otimista por natureza, torcemos para que o Brasil entre nos trilhos, para que o Brasil vá bem. Nos prejudica de alguma forma e nos preocupa a inflação de 1,24% no mês de janeiro, mas torcemos para que essas obras não sofram paralisações.

Nós temos a ponte de cabeçadas, em Laguna, que está quase concluída e esperamos que essa inauguração aconteça, acho que é uma das maiores obras em andamento no país. E a nossa preocupação é que todas essas obras tenham esse mesmo caminho.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado v.exa., sempre cobra, desta tribuna, com muita clareza, a rapidez nas obras. A BR-470 tem continuidade, sim, tenho passado por lá todos os dias inclusive quando venho para cá.

E BR-163, tenho certeza, será retomada assim como a ponte de Laguna, que está agora para remarcar a inauguração, uma belíssima obra, uma obra de arte no sul do estado.

Mas não podemos esquecer, deputado Maurício Eskudlark, as obras que são feitas pelo governo do estado de Santa Catarina.

Hoje, antes de eu sair da minha casa, em Blumenau, ouvi o prefeito de Treviso dizendo que uma obra lá daquela região, está parada há muito tempo, que há tubos lá e que tem passado caminhões, veículos leves, atormentando, inclusive, os moradores. E aquela obra já começou há muito tempo e não terminou ainda. Ela está toda esburacada, e é uma obra do governo do estado de Santa Catarina.

Falo também da obra SC-470, que é a rodovia Jorge Lacerda, que v.exa. conhece muito bem. E peço a ajuda de v.exa. para cobramos do governo do estado de Santa Catarina que são as nossas rodovias estaduais que precisam, sim, desse carinho do nosso governador. E tenho certeza de que ele a fará. E sobre as obras federais, vou somar-me a v.exa. para cobrar agilidade dessas obras.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, eu agradeço v.exa., que é sempre muito atuante, com certeza nós temos que refletir o sentimento da população, o sentimento do trabalhador da classe empresarial, e existe a preocupação. Nós temos que estar atentos, somos cobrados e temos que levar essa cobrança adiante.

Eu ouvi vários presidentes de sindicatos rurais neste final de semana e outro assunto que nos preocupou, que é um grande problema para o oeste catarinense, é o preço do litro de leite. O deputado Vampiro é do sul, e eu não sei se nesta região a produção leiteira é tão forte, mas no oeste do estado, hoje, o produtor que tem 30 ou 40 cabeças de gado produzindo leite tem uma renda mensal que permite até ter prestação, comprar o seu carro, muitos também fizeram ampliação nos equipamentos para a sua produção, mas a média do preço do litro do leite, que deveria estar em torno de R\$ 0,80 ou R\$ 0,85, está em torno de R\$ 0,40 ou menos. E esse preço afeta a economia catarinense como um todo, principalmente a região do oeste que é voltada para essa produção.

Por isso a nossa preocupação, sendo que no mês de março os Sindicatos de Produtores e Trabalhadores Rurais já estão programando manifestação, reunião ou um debate para encontrar uma solução para a produção de leite, deputado Antônio Aguiar. É uma produção importante e faz com que o produtor tenha uma renda mensal, movimente a economia, e essa queda no preço pode causar problemas.

Há também o fato de que as empresas compradoras estão optando em comprar dos produtores que estão instalando equipamentos e onde têm 300, 500 vacas produzindo leite. É mais fácil de recolher, operacionalmente, do que recolherem de 15, 20 ou 30 propriedades. Isso nos causa grande preocupação.

Então, estamos renovando a nossa preocupação com as obras estaduais e federais, como já falou a deputada Ana Paula Lima, e também com essa questão da produção leiteira...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orado inscrito, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saúdo o sr. presidente, deputado Aldo Schneider, que preside a sessão neste momento, cumprimento todos os srs. deputados e sras. deputadas, também todos que nos acompanham neste momento. Quero cumprimentar também a nossa companheira de Jaguaruna, Suzane Lima, que foi candidata a deputada federal por esse município, companheira sempre muito empenhada pela comunidade, pelos desafios que aquela região tem à frente.

E também, deputado Maurício Eskudlark, temos informações de que no dia de amanhã vamos falar sobre o tema do leite. O governo federal está anunciando a compra de leite estocado, especialmente das nossas pequenas cooperativas. E também, junto com esse anúncio, o Ministério do Movimento Social, o Ministério do Movimento Agrário e a Conab - Companhia Nacional de Abastecimento -, vão cobrar juntos da Secretária de Educação do Estado para que compre o leite, de forma extraordinária, neste momento, para a alimentação escolar. Amanhã vamos tratar sobre este tema e trazendo mais informações sobre esse compromisso assumido pelo governo federal.

Mas hoje quero falar sobre o tema da reforma política e também do aniversário de 35 anos do Partido dos Trabalhadores, deputado Antônio Aguiar. Foram 35 anos de caminhada, de luta, de organização, especialmente nesses últimos 12 anos em que o Partido dos Trabalhadores, junto com os seus aliados, vem governando o Brasil.

Eu me filiei, em 1985, no Partido dos Trabalhadores, primeiro partido, e tenho muito orgulho de estar hoje nesta Casa, junto com a nossa bancada, representando este nosso grande partido que mexeu a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, de brasileiros e brasileiras.

Então, isto de fato traz para nós um momento de grandes reflexões no futuro do nosso país, dessa caminhada aos 35 anos do Partido dos Trabalhadores, sendo que 12 anos já na Presidência da República. E é verdade, sempre tivemos muito claro, que este país, o povo brasileiro foi, durante todos esses períodos da história brasileira, muito judiado, muito massacrado por uma elite que não permitia que o povo tivesse uma vida mais digna.

No ano passado, talvez um dos maiores feitos pela nossa luta, pela nossa resistência, de acabar com uma das coisas mais cruéis que este país convivia durante a sua história, com a miséria e a fome, foi o Brasil sair, segundo a ONU, do mapa internacional do país da fome.

Então, é um grande orgulho podemos comemorar essa caminhada, um partido que contribui muito para que vários filhos de trabalhadores e trabalhadoras, agricultores, agricultoras, filhos de operários virem doutores.

Um partido que sempre lutou pelo emprego, pelo trabalho e agora, com o desemprego do nosso país. Nós comemoramos o momento da nossa agricultura, participamos de vários eventos este ano, como o CDA da Alfa, em Chapecó, o Itaipi Rural Show, em Pinhalzinho, dias atrás, um momento de grande animação e de grandes transformações e investimentos na agricultura, na pecuária e no chamado agronegócio brasileiro.

Eu, que há mais de 20 anos atuei no movimento sindical e na luta dos agricultores familiares do nosso estado, do sul do Brasil e do Brasil, posso dizer, com muito orgulho, que nunca na história brasileira os agricultores tiveram tanto respeito, tanta valorização e tantos investimentos como hoje.

Então, olhando para essa história e para a cultura, para a educação, para a criação das universidades, das escolas técnicas, para o apoio aos estados, aos municípios na área da educação, como creches e tantos investimentos, com certeza podemos dizer que o Brasil é outro.

O tema da partilha do petróleo, o tema do pré-sal, talvez hoje, no momento atual, seja o tema com o maior impacto nacional e internacional da decisão do nosso governo de não entregar o nosso patrimônio, especialmente o petróleo, à mão das multinacionais, ao capital nacional e internacional.

Que o estado, que o povo brasileiro, que o governo continue cuidando do petróleo, que o povo brasileiro diz que o petróleo é nosso, que as riquezas do Brasil são do povo brasileiro.

Este talvez seja o maior impacto. Os americanos foram para o Iraque e mataram Sadam Hussein com a justificativa de cuidar do povo iraquiano, mas na verdade não era este o objetivo, pois o povo iraquiano continua abandonado nos dias de hoje, o objetivo era o petróleo.

Esta mesma disputa está colocada no Brasil, não temos dúvida disso, talvez eles não precisassem aqui trazer o armamento, os canhões, os soldados para essa disputa, pois a nossa disputa é de outra forma.

Precisamos ficar muito atentos a isso e continuar na luta que o PT puxou durante muitos e muitos anos pela não privatização da Petrobras, pela não privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, dos Correios, de manter esse patrimônio do povo brasileiro.

Vamos continuar na luta! Hoje para mim é a reforma das reformas que é a reforma política neste país. Entendemos que não há e não haverá democracia plena enquanto a iniciativa privada continuar financiando a política brasileira.

Não haverá democracia plena se não avançarmos na perspectiva de continuar criando e lutando por uma profunda reforma política neste nosso país, para que tenhamos financiamento público de campanha, para o fortalecimento dos partidos políticos, projetos nacionais, para que, de fato, haja uma representação e intervenção junto com a sociedade. A luta pela reforma agrária, a luta pela reforma tributária com distribuição de renda, com taxação das grandes fortunas, reforma da mídia brasileira no avanço da luta contra a corrupção neste nosso país.

Esses são talvez os grandes desafios que temos pela frente nestas próximas décadas para que o Brasil, que tem tido tantas conquistas como também o povo brasileiro especialmente nos últimos anos, continue caminhando com passos largos nesta perspectiva de cada vez mais construir um Brasil para todo o povo brasileiro. Esta é a grande luta do Partido dos Trabalhadores nesses 35 anos de existência e, com certeza, nos próximos 35 de vida que iremos ter.

Então, parabéns todos os nossos petistas, mas também todos os que lutaram juntos pela democratização, pelas eleições diretas e por tantas lutas que fizemos durante a história. Trago um grande abraço ao nosso presidente Cláudio Vignatti, uma grande liderança que orgulha todo o povo catarinense pela sua caminhada, pela sua luta, pela sua história em nome da direção do nosso partido em Santa Catarina e do nosso presidente nacional, Rui Falcão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, eminente deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o eminente deputado florianopolitano Gean Loureiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, fizemos uma inversão da pauta, estou utilizando o tempo do deputado Antônio Aguiar, que irá falar posteriormente, também no horário das Breves Comunicações.

Venho a esta tribuna trazer um relato da atividade da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, que no dia de ontem teve uma solenidade marcante, deputado Natalino Lázare.

Além de ocorrer a transferência do comando no qual o tenente-coronel Valdez Rodrigues Venâncio, que vai dirigir o trabalho militar desta Assembleia Legislativa, e passou o comando ao tenente-coronel Adilson Moreira, com um trabalho histórico, deputado Dalmo Claro, na

cidade de Joinville, que depois de 15 anos veio para Florianópolis, agora, com a sua grande experiência, passa a comandar os destinos da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

Mais do que isso, na oportunidade também foi inaugurado o novo quartel da Polícia Militar Ambiental, sediado no município de Florianópolis, e que contou com a participação da vários entes para se concretizar.

Eu tive a honra, quando fui presidente da Câmara Municipal, de aprovar a cessão de uma área no bairro de Itaguaçu, conhecida como Pedreira de Itaguaçu, uma área que com uma unidade militar trouxe mais segurança para todo o entorno e todos os moradores, que permite uma condição digna de trabalho, e lá, como se conseguiu conquistar aquela obra, houve uma participação da Prefeitura de Florianópolis, da Câmara Municipal de Florianópolis, do Ibama, que através de uma transação ambiental permitiu trazer os recursos para a construção da sede e, obviamente, uma participação, também, da Fundação Estadual do Meio Ambiente, nas parcerias que tem para o trabalho conjunto de fiscalização que ocorre da Fundação Estadual do Meio Ambiente e da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

Além disso, o Ministério Público tem um trabalho que interage permanentemente com todos os órgãos.

E como acontece toda essa construção que, institucionalmente, buscam a preservação ambiental, há de se destacar o trabalho do Protetor Ambiental Mirim, um projeto da Polícia Militar Ambiental, em que milhares de crianças em todo o estado de Santa Catarina buscam uma qualificação, uma orientação, um preparo de orientação, conhecendo a nossa fauna, a nossa flora e criando, obviamente, uma cultura nessas crianças e adolescentes para quando crescerem terem uma consciência ambiental muito maior.

Mas mais do que isso, volto a destacar que a nossa Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina tem ações inovadoras, e nenhuma delas, deputado Antônio Aguiar, ocorre de maneira isolada.

Nós tivemos a oportunidade de transformar o Parque do Rio Vermelho, em Florianópolis, num Centro de Triagem de Animais Silvestres, e poder, com recursos de compensação, construir a única trilha ecológica, que não utiliza os animais mais bonitos, mas aqueles que não têm condição de retornar ao seu habitat natural, porque quebrou uma asa, porque está cego, porque têm dificuldades.

Obviamente que ali nós conseguimos fazer com que aqueles milhares de pessoas, deputado Manoel Mota, que visitaram todos os dias, na temporada, - porque a trilha estava todos os dias lotada, transformou numa referência até mesmo turística na cidade de Florianópolis -, tenham oportunidade de criar uma consciência ambiental de cuidar dos animais, de não participar da feirinha que vende, de não estimular a compra irregular que provoca e causa o contrabando dos animais silvestres.

E a Polícia Ambiental realiza isso com muita maestria, reunindo todos os entes que participam desse processo. E muitas vezes pensamos: do que adianta ter um organismo que é responsável pela fiscalização, pela educação ambiental, ter recursos, se não existe ainda uma cultura da preservação?

A Polícia Militar Ambiental passou por um processo cada vez maior de maturidade, de boa convivência, em que se busca o crescimento econômico aliado à preservação ambiental, deputado Leonel Pavan, de não ser contra por ser contra, mas, sim, de incentivar e estimular todos aqueles empreendedores que buscam trabalhar dentro da lei, cumprindo a norma legal e especialmente a norma ambiental.

Nesse sentido aproveito este momento para cumprimentar o trabalho que vem realizando, porque todo policial militar, desde o soldado até quem comanda a tropa, cada vez entendem mais que o papel de poder demonstrar como deve ser feito corretamente vale mais do que apenas fiscalizar, coibir e embargar. Em alguns casos tem

que se fazer, como em última instância, já que existem bons e maus empreendedores, aqueles que não querem buscar o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, cumprir a legislação.

Todos os órgãos ambientais vêm trabalhando no sentido de cada vez mais orientar e demonstrar que não podemos inviabilizar o desenvolvimento turístico, econômico, industrial, que é característica nata deste estado, e sim poder participar permitindo que os danos ambientais possam ser cada vez mais minimizados neste processo. Também quero fazer aqui o registro porque tivemos a oportunidade naquele ato da passagem para a reserva remunerada do oficial mais antigo da Polícia Militar que estava no exercício, o coronel Rodrigues, que comandava o policiamento militar especializado, onde era responsável por todo o grupamento aéreo, a Polícia Rodoviária Estadual e Ambiental. E foi na Polícia Ambiental que construiu grande parte da carreira e peço que possa ficar o registro nos anais desta Casa legislativa do trabalho destacado que o coronel Rodrigues realizou pela Polícia Militar e por toda a estrutura de Santa Catarina. E agora, nesta Casa, temos o tenente coronel Venâncio, um militar estudioso, preparado que passou o comando da Polícia Ambiental e assume um novo desafio na Casa Militar. Desejo sucesso ao coronel Venâncio nesta nova atividade que possa conviver num ambiente cada vez mais próximo dos deputados e dos servidores desta casa, cumprindo um papel que toda a estrutura militar desta Casa faz com muita educação, num trabalho diferenciado que permite que esta Casa possa ser uma referência não apenas em segurança, mas em bem receber, conviver e dotar a estrutura necessária para que os legítimos representantes possam exercer na plenitude todo esse trabalho.

Concluo, dizendo que muito ainda há de se fazer, além das unidades que temos da Polícia Ambiental, do projeto Protetor Ambiental Mirim, das parcerias que vêm sendo realizadas com compensações que buscam que as nossas unidades de conservação não sejam ambientes lacrados que não possa se fazer pesquisa, visitação, porque só preserva quem efetivamente conhece e levar a população a conhecer essas estruturas é uma virtude que desejamos em Santa Catarina.

Por isso tenho certeza de que o colega Carlos Chiodini que assumiu a secretaria do Desenvolvimento Sustentável, representando o PMDB, terá em todas essas estruturas a definição da política ambiental que cabe à secretaria, e terá todas as estruturas interagindo, trabalhando em conjunto, sem disputa entre os órgãos e sim somando forças para o bem estar da sociedade.

Queremos que a geração de emprego aconteça, que os investimentos aconteçam e precisamos dar uma estabilidade jurídica para que cada vez mais possam haver investimentos de bons empreendedores que querem vir para este estado cumprindo a legislação e preservando o meio ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero cumprimentar o deputado Gean Loureiro pelo seu pronunciamento.

O Sr. Dr. Vicente Caropreso - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, quero falar sobre a dengue. A dengue atingiu Itajaí e contabiliza já 93 focos do mosquito. Os piores casos são em Chapecó, 341 focos; São Miguel d'Oeste, 125; Joinville, 123; Balneário Camboriú, 122; Xanxerê, 74; Xaxim, 70 e Itapema 23 focos. Sinceramente, não queria estar no lugar do secretário estadual da Saúde que acabou de entrar e já vai ter que enfrentar um surto de dengue.

Essa doença mata, essa doença consome energia de quem trabalha, consome um investimento grande da secretaria da Saúde e, acima de tudo, vai depender de lideranças

políticas, principalmente, as que estão nesta Casa, que são 40 lideranças espalhadas por diferentes pontos do estado, para ajudar os seus municípios e levar para as populações de como se faz a prevenção com medidas simples, medidas que previnem e que para evitar a procriação desses insetos que, contaminados, vão aí espalhando essa grande epidemia de dengue que se avizinha.

Acho que é relevante levantarmos esse assunto para que os deputados e deputadas possam levar para as suas cidades as informações pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Vou fazer uma saudação especial a todos e, sobretudo, ao meu amigo, deputado Dalmo Claro, não pude estar aqui na sua posse, há pouco, mas acompanhei e acompanho há muitos anos o seu trabalho em prol da Unimed, em prol da saúde, em prol da vida dos catarinenses. Acompanhei o dia a dia da sua campanha, em Joinville, junto com sua esposa e equipe, sempre atuando de forma ética e de forma muito dedicada. E também acompanhei o seu trabalho na secretaria, na difícil tarefa de tocar a secretaria da Saúde de Santa Catarina. V.Exa. cumpriu lá, naquela secretaria, a sua tarefa. Portanto, como joinvilense, não poderia deixar de saudá-lo e de externar o desejo e minha plena convicção do seu sucesso no Parlamento catarinense, porque v.exa. tem condições, tem motivação, tem conhecimento e, com certeza, vai se juntar aos demais parlamentares do norte do estado para trabalharmos por Santa Catarina.

Sr. presidente, trago um assunto que eu entendo ser da maior importância para Santa Catarina, mas, sobretudo, para as regiões polo. Trata-se da Região Metropolitana.

O Parlamento Catarinense está há 18 anos discutindo as Regiões Metropolitanas. Veja, deputado Maurício Eskudlark, como os grandes temas se arrastam e as coisas não acontecem. E quando o povo reclama temos que dar razão para a comunidade.

Em 2010, aprovamos a criação de 11 Regiões Metropolitanas em Santa Catarina.

São Paulo tem três Regiões Metropolitanas. Acho que erramos um pouco porque São Paulo tem três e nós temos 11, alguma coisa não está correta.

E no ano passado o governador Raimundo Colombo mandou para esta Casa, a regulamentação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Nós debatemos, ela foi aprovada e neste ano o governador lança o Plano da Mobilidade e dá o *starter* para a implantação da Região Metropolitana e aliado a essa também a instalação da superintendência da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Esse projeto é muito importante, ele começou pela capital, mas como Joinville é a maior cidade de Santa Catarina, esperamos que o referido município possa ser a segunda região metropolitana a ser criada, implementada, e, posteriormente, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Lages e assim por diante.

No ano passado eu apresentei um projeto de lei que propunha a criação da Região Metropolitana de Joinville e nesse projeto, como todos nós sabemos, há uma dúvida jurídica, se você olhar por um ângulo diferente ele pode ter vício de origem. Ora, mas nem todos os projetos são aprovados no Parlamento Catarinense com fundamento legal, alguns são aprovados porque tem mérito, outros cumprem o papel de proporcionar o debate e a discussão. E o meu projeto proporcionou o debate, principalmente no norte de Santa Catarina.

Mas há um fato novo que aconteceu na semana passada, deputado Gean Loureiro. A revista *Exame* trouxe uma matéria que havia

passado de forma despercebida no Brasil, porque foi sancionada no final de ano pela presidente Dilma Rousseff a criação do Estatuto das Metrópoles do Brasil. Ninguém falou ou discutiu, mas esse estatuto, que é um documento importante, exige que os governos estaduais e municipais resolvam legalmente, juridicamente e tecnicamente os seus problemas de lixo, de saneamento básico, de saúde, de abastecimento de água e, sobretudo, de transporte, que é o grande problema do Brasil, e de forma consorciada, de forma conjunta, deputado Rodrigo Minotto. O referido estatuto vem reforçar a tese, a ideia de que todos nós precisamos definitivamente instalar as Regiões Metropolitanas de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Muito obrigado, deputado Darcy de Matos.

Em 2011 entrei aqui com o projeto para criar a Região Metropolitana do Contestado e a Região Metropolitana do Extremo Oeste, porque a lei das Regiões Metropolitanas estabelece que um financiamento habitacional numa Região Metropolitana deverá ter um valor maior.

E era injusto em Santa Catarina que 94 municípios do oeste catarinense tivessem o financiamento habitacional inferior aos demais municípios.

Então, hoje, todo o estado de Santa Catarina está coberto por legislação estabelecendo Regiões Metropolitanas, mas v.exa. bem abordou, temos que efetivamente debater o problema da solução colegiada dos problemas nas grandes regiões. Hoje conversei com o prefeito Cesar Souza Júnior, ao meio-dia, e o grande problema de Florianópolis, da mobilidade, fica no acesso que é federal, que é atribuição da Polícia Federal.

O que quê, acontece? Não há uma resposta efetiva quando há um problema. Quando um veículo colide com a traseira do outro, os motoristas param o veículo no meio da pista e todos ficam telefonando, discutindo, chamando o seguro, esperando vir a Polícia Federal, etc. Isso é um absurdo! Nós temos que ter uma resposta rápida, tanto no perímetro da ilha de Santa Catarina, no centro, mas também em São José, especialmente no acesso. Quando ocorrer um acidente temos que ter uma moto para chegar, deveria ter no mínimo duas ou três, com policiais fiscalizando o acesso à ilha e, se der qualquer problema, basta remover os veículos. Hoje, quando há uma simples colisão, uma moto cai, está criado todo o problema no trânsito de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero fazer mais duas considerações e depois concedo um aparte ao deputado Gean Loureiro que tem sido um estudioso e tem atuado com muita preocupação com relação à melhoria da mobilidade urbana, sobretudo da Grande Florianópolis.

Deputado Gean Loureiro, sabemos que as cidades cresceram muito nas últimas décadas e que não houve uma preocupação dos gestores públicos com o planejamento de crescimento dessas cidades.

Por exemplo, o Estatuto das Cidades, deputado Antônio Aguiar, foi gestado e editado em 2001, desde então não tínhamos uma referência, um norte, uma linha, não houve preocupação com o crescimento das cidades no Brasil, lamentavelmente.

A revista *Exame* traz duas preocupações: dois em cada cinco brasileiros vivem nas 25 principais Regiões Metropolitanas do nosso país, e 26 delas respondem por metade do PIB.

Temos grandes concentrações de pessoas, de aglomerados e Regiões Metropolitanas fundamentais no Brasil.

Outro exemplo importante. Às vezes, não se trata apenas da questão da mobilidade urbana, basta fazer viadutos, rasgar avenidas e elevados, deputado Gean Loureiro.

A revista *Exame* traz, como exemplo, o caso da Grande São Paulo. Se lá houvesse um órgão para gerir a questão das linhas de ônibus como há a Região Metropolitana de Madri, a

Grande São Paulo poderia abrir mão da circulação de dois mil ônibus por dia. Essa é uma alternativa para melhorar a mobilidade urbana.

Então, esse é um assunto que vai ter que estar em pauta, com certeza, em nossos grandes debates no Parlamento Catarinense.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Concedo um aparte ao deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Quero inicialmente cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento, especialmente no que tange à discussão de Regiões Metropolitanas.

Nós que moramos aqui na Grande Florianópolis dificilmente sabemos onde é a divisa geográfica de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e os demais municípios.

O tema mobilidade sempre vem à tona por ser preocupante, entretanto, a Região Metropolitana que v.exa. coloca aqui traz outros assuntos de grande importância, porque mesmo tendo os entes municipais administrando individualmente cada município, é necessário ter uma ampla participação de todas as esferas de Poder do governo federal que está inserido, não apenas nas rodovias, mas nos hospitais, nas universidades, com uma série de temas. O governo do estado está inserido em diversos setores da economia e observamos que muitas vezes a pessoa mora em São José, mas utiliza a estrutura de saúde de Florianópolis; ela mora em Florianópolis e utiliza a estrutura de educação de São José, e há uma mistura completa que não dá para colocar uma barreira e dizer que cada um deve ficar no seu município e ponto final, porque os municípios se conversam. A pessoa mora em Florianópolis e trabalha em São José, mora em São José e trabalha em Palhoça, e assim por diante.

Então, acredito temos que saber qual é o órgão que vai fazer gerir as Regiões Metropolitanas e se a proposição como foi discutida, é estadual, que possa se somar a todos os demais entes.

Eu fiz um pronunciamento semana passada e falei que eu fiz uma crítica na imprensa. Eu não fiz nenhuma crítica, ao contrário, eu disse que estamos aqui para somar forças e esse é o meu papel e o meu estilo de trabalhar: ser propositivo. E acho que para concluir essa questão das Regiões Metropolitanas temos que debater, aprofundar o assunto, discutir e permitir que todos possam somar esforços na busca de uma melhor solução e melhor qualidade de vida.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Portanto, encerro o meu pronunciamento afirmando com convicção que tratar das Regiões Metropolitanas significa nos preocupar com o planejamento sustentável das nossas cidades e, sobretudo, do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero saudar a todos os srs. deputados pelo excelente debate realizado em função do interesse da sociedade.

Quero também pedir ao PMDB para indicar o seu representante para falar por sete minutos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de fazer uma correção. V.Exa. cedeu-me sete minutos do Partido dos Trabalhadores, houve uma troca, uma inversão, então o PMDB tem 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Muito bem, então vamos esclarecer e dizer que o deputado Rodrigo Minotto estava também inscrito, mas o deputado Dalmo Claro, que tomou posse hoje, falou primeiro, depois, os deputados Maurício Eskudlark e Dirceu Dresch, sendo que o deputado Antônio Aguiar, trocou de horário com o deputado Gean Loureiro.

Portanto, agora o deputado Antônio Aguiar tem a palavra por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente em exercício, deputado Leonel Pavan, também saudar todos os deputados presentes. Quero dizer que é com grande satisfação que pela primeira vez ocupo a tribuna neste quinto mandato.

Eu quero exercer este mandato com tranquilidade, com consciência, e fazer com que o pensamento e reivindicações da sociedade catarinense se transformem em leis neste Parlamento.

Mas a minha homenagem especial no dia de hoje é para o dr. Dalmo Claro, médico de Joinville, que assume pela primeira vez um mandato nesta Assembleia Legislativa.

Dr. Dalmo, seja bem-vindo a esta Casa e sinta-se à vontade. Quero saudar também todos que acompanham esta sessão plenária.

(Passa a ler.)

"Quero abordar no meu pronunciamento alguns assuntos que considero de grande relevância para o meu município, para o nosso estado e para o país.

Inicialmente, faço o registro de uma audiência como deputado estadual, juntamente com o prefeito de Canoinhas, Beto Farias, ontem, com o presidente da Casan, Valter Gallina, quando foi confirmada a ordem de serviço, o lançamento do edital para a instalação do sistema de esgoto no município de Canoinhas" Comunidade catarinense, este é um dia glorioso para o município de Canoinhas. São 100 anos de existência, 100 anos esperando o sistema de esgoto sanitário. Temos certeza que o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, estarão presentes nessa importante ação para o planalto norte.

(Continua lendo)

"E também vamos inaugurar uma nova adutora e o reservatório localizado no Bairro Jardim Esperança, sistema que vai melhorar o abastecimento de vários bairros do município de Canoinhas.

Quero destacar a importância dessa obra com o custo previsto de R\$ 20 milhões para a primeira etapa, e que ainda terá mais recursos para a instalação da estação de tratamento.

É importante também valorizar a Fatma, sob o comando do advogado Alexandre Waltrick, que agilizou o licenciamento ambiental necessário, e o comprometimento da diretoria da Casan, pois sabemos que investir em coleta e em tratamento de efluentes é investir em saúde pública e em qualidade de vida, e a comunidade canoinhense saberá reconhecer esse esforço de nossos administradores públicos.

Em seguida, quero fazer outro registro importante, que diz respeito à participação do PMDB no governo estadual, agora com três secretários oriundos de nossa bancada estadual.

A secretária da Justiça, Ada De Luca, ontem, assumiu como secretária da Justiça, fazendo com que mais de 9.000 apenados trabalhem em Santa Catarina e mais de 2.000 estejam estudando. Isso cria uma expectativa para melhorar a reinserção dos presos na sociedade.

Nesta semana também prestigiei a posse do deputado Carlos Chiodine na pasta do Desenvolvimento Sustentável. Conversamos sobre a necessidade de o estado incentivar o crescimento de regiões com menor desenvolvimento econômico, como o apoio para a implantação de indústrias e novas empresas em regiões como nas imediações das BR-280 e BR-216, especialmente no planalto norte, onde há, inclusive, uma boa estrutura logística.

Outro secretário que é nosso colega é o deputado, Moacir Sopelsa que, com sua experiência, comanda a secretaria da Agricultura e Pesca pela segunda vez, que certamente contribuirá muito para o desenvolvimento rural de nosso estado. Ele é um homem talhado no campo, que nunca se afastou da atividade rural, mesmo sendo deputado, e por isso é a pessoa certa no lugar certo. Muito bem escalada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Todos os três deputados Ada De Luca, Carlos Chiodine e Moacir Sopelsa são provas do comprometimento do PMDB com o governo e a

capacidade dos quadros de nosso partido para compor a administração pública estadual, em benefício da sociedade catarinense.

Mas quando falo do PMDB também devo destacar outro personagem de destaque na política, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que tomou posse no início deste mês e está demonstrando a capacidade de amplo entendimento com a sociedade e percebendo a necessidade da valorização da classe política.

Ele traz ao cenário uma nova forma de conduzir a nossa maior Casa Legislativa, com grande conhecimento técnico e sensibilidade. Já colocou na pauta dos debates um assunto considerado urgente, mas muito protelado, a reforma política, que está sendo guardada há tanto tempo no governo sem andamento. Está-se iniciando a instalação da comissão específica chamada para o Plenário.

Portanto, coube ao PMDB, no Congresso, chamar a reforma política para o debate com a sociedade. E é preciso lembrar que se fala em reforma política há muito tempo. E finalmente este assunto entra em pauta sob a batuta do PMDB.

Fecho com Eduardo Cunha em vários pontos, como ao apontar contradições entre propostas de financiamento público de campanha e a necessidade de um ajuste fiscal ou de propostas sobre uma Constituinte para cecear o direito do Congresso em legislar sobre a reforma política. E, pior, realizar um plebiscito sobre o tema, algo totalmente inviável.

Então, temos um timoneiro que demonstra firmeza e equilíbrio no comando da Câmara, que também está trazendo a questão do pacto federativo, que é muito esperado pelos estados e municípios, pois não adianta o governo federal construir Unidades de Pronto Atendimento e o município não ter recurso para mantê-la em funcionamento. O governo dá creche ao município e o município não tem recursos para mantê-la. É preciso definir um novo padrão para indexar as dívidas dos estados e municípios com a União.

Gostei muito também de perceber o posicionamento de Eduardo Cunha, contrário a quem propõe o controle das mídias, a regulamentação das mídias do setor de comunicação, o estrangulamento da sociedade. Isso não interessa à democracia, ou seja, tanto na Câmara dos Deputados como em nosso governo estadual, o PMDB está ocupando espaços e sendo agente de mudanças, mostrando sua posição hegemônica no cenário político nacional e catarinense.

Para finalizar, também devo registrar a figura de nossa grande liderança, o senador Luiz Henrique da Silveira, que deste o início do ano legislativo promoveu um grande enfrentamento na eleição para a presidência do Senado.

Nosso ex-governador, agora um dos mais expressivos senadores da República, mostrou sua estatura moral ao promover um debate de nível elevado sobre o que a população espera de seus representantes políticos."

Temos também que agradecer o pronunciamento feito aqui pelo deputado Gean Loureiro, vice-líder da bancada do PMDB. Quero parabenizá-lo pelo cargo e tenho certeza de que v.exa. com competência irá exercê-lo. Gostaria de dizer, ainda, ao sr. deputado Gean Loureiro que o seu pronunciamento sobre o interesse do meio ambiente feito nesta tribuna, há pouco, mostra o conhecimento e a sabedoria sobre o tema.

Portanto, nada mais justo que seja o presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte a v.exa., deputado Gean Loureiro.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Obrigado, meu líder, deputado Antônio Aguiar.

Em relação ao pronunciamento de v.exa. teria diversos comentários, mas vou me centrar na questão da importância do Congresso Nacional iniciar e definir a reforma política.

Nós perdemos uma oportunidade, o nosso país perdeu quando o Senado não elegeu Luiz Henrique da Silveira que tinha como compromisso, se eleito fosse, assumir, capitanear o processo de aprovar, com a maior brevidade possível, a reforma política, seja ela qual for, pois o modelo existente hoje não é mais aceito e causa muitos problemas, ainda mais na Câmara dos Deputados, como v.exa. colocou. E o presidente, Eduardo Cunha, do nosso partido, PMDB, levantou essa bandeira de chamar à responsabilidade o Congresso Nacional - onde já tive oportunidade de estar por um período como os deputados Leonel Pavan e Dr. Vicente Caropreso -, que está devendo resposta à sociedade. Acho que o nosso eco precisa ter o apoio das Assembleias Legislativas, dos partidos políticos, e temos que nos posicionar.

Por isso, quero cumprimentar v.exa. e quiza que o nosso senador, Luiz Henrique da Silveira, mesmo não sendo presidente do Senado, possa erguer essa bandeira e, junto com os nossos deputados federais na Câmara, promoverem a nova realidade política brasileira com a reforma política.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, nobre deputado Gean Loureiro, temos certeza de que o PMDB, com a bandeira de iniciar a reforma política, sai à frente no Congresso Nacional com Eduardo Cunha que chamou ao Plenário o tema da reforma política. Assim, teremos desdobramentos em seguida sobre esse importante tema.

Também endosso as palavras do meu amigo, médico, Dr. Vicente Caropreso, que falou sobre a dengue, que é uma doença que mata, sim, uma doença sazonal, uma doença que aparece com a presença do mosquito Aedes Aegypti.

Nós criamos o Fórum Parlamentar da Dengue, do qual esse médico é o presidente. A comunidade catarinense tem que saber que temos o aumento da bancada dos médicos na Assembleia Legislativa, temos cinco médicos aqui, o dr. Dalmo, que assumiu hoje como deputado; o deputado Fernando Coruja, o deputado Vicente Caropreso, o deputado Serafim Venzon e o deputado Antônio Aguiar. E mais a deputada Ana Paula Lima que é enfermeira.

Acho que vamos criar o bloco da Saúde. Isso mostra a nossa força, mas mostra também que temos mais responsabilidade com a saúde. A comunidade vai nos cobrar essa responsabilidade. Temos que nos unir nesse tema principal, que é a saúde, fazendo com que a nossa saúde realmente melhore. Vamos ajudar o secretário da Saúde, João Kleinübing, nas suas ações, para que a saúde tenha, sim, um final melhor para os nossos pacientes.

Temos certeza de que o objetivo final é fazer com que o paciente seja bem atendido, e esse atendimento está nas mãos das secretarias municipais e das secretarias estaduais, mas também está nas mãos do governo federal.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Sr. deputado Antônio Aguiar, é importante que cada deputado, principalmente os ligados à área da Saúde, levem essa mensagem da dengue. Eu não sabia que havia um fórum de debate por causa da alta repercussão, sob todas as possibilidades, de educação, produção e turismo. Então, estamos envolvidos em várias situações por essa doença que pode ser erradicada por medidas simples. Cada um de nós pode solicitar e colocar na sua página social essa preocupação a respeito desse problema.

E complementando aquilo que o deputado Gean Loureiro falou, enaltecendo o papel de Luiz Henrique da Silveira, que foi muito importante, queria dizer que foi dado um recado à nação e seria um alento neste momento pelo qual o país está passando.

Mas tudo vem a seu tempo, se não foi naquele momento será em outro. Esperemos que seja próximo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, a grande verdade é que o tema

debatido com o deputado Gean Loureiro, o tema da reforma política no Congresso Nacional, urge, é urgente que se faça isso.

Mas nós aqui na Assembleia também temos que participar e começar a debater esse importante tema.

Gostaria de agradecer a benevolência de v.exa. por nos conceder o tempo para a conclusão do nosso pronunciamento.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Concluído o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar, agradecemos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PR, do Bloco Frente Renovação.

Com a palavra, o sr. deputado Mario Marcondes.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Quero registrar a satisfação em ter neste plenário a presença da minha esposa, lara, guerreira companheira de luta, de campanha. Também se encontra aqui o vereador de São José, Adriano de Brito, meu coordenador de campanha na região Grande Florianópolis, aliado de todas as horas.

Primeiramente quero agradecer aos deputados por me terem conduzido à quarta secretaria desta Casa que muito me orgulha, por ser deputado de primeira legislatura e já estar trabalhando no comando desta Casa legislativa. Quero agradecer ao bloco do PPS, PSB por terem me credenciado a assumir uma cadeira na mesa desta Casa e vou honrar os votos dos companheiros de bloco com o triblacho que faremos aqui.

Cumprimento o deputado Dalmo Claro, que seja bem-vindo a esta Casa. Temos certeza de que, como fez na Saúde, desenvolverá um bom trabalho nesta Casa para que melhoremos a qualidade de vida do povo catarinense, trazendo melhorias na área da saúde.

Vamos fazer um mandato de muito trabalho e luta e uma delas foi colocada pelo deputado Darci de Matos, a questão de mobilidade urbana. Esse problema está ficando caótico na Grande Florianópolis. Precisamos de medidas urgentes e emergentes para que consigamos melhorar a qualidade da mobilidade urbana e para isso precisamos juntar forças, juntar pessoas que pensem em vários segmentos.

Com a criação das regiões metropolitanas, temos certeza de que Santa Catarina ficará um estado mais coeso, igualitário, principalmente nas demandas sociais e na estruturação das cidades. Não há mais como se fazer projetos individuais por cidade. Por exemplo, não há como se fazer projetos na Grande Florianópolis sem pensar em Palhoça, São José e Biguaçu e assim por diante.

Então, tenham certeza que este deputado irá lutar muito para que consigamos através de projetos do Poder Executivo, com a nossa aprovação e união de força e inteligência, melhorar a vida dos catarinenses.

Também, assomo a tribuna para fazer um reconhecimento, como ex-funcionário público da Cohab durante 29 anos, dos quais muito me orgulho. Quero aqui prestar sempre gratidão ao funcionário público que nos atende em todos os segmentos dos órgãos que compõem a administração estadual, municipal e federal. E nesta tarde temos um evento ocorrendo no hall desta Casa, é importante até, como incentivo a todos os funcionários, ou seja, a aposentadoria de um grande amigo, de um servidor exemplar, de grandes serviços prestados a esta Casa Legislativa, o Nazarildo Knaben, que estará completando amanhã seus 70 anos.

De forma compulsória vai ter que se ausentar desta Casa depois de um grande trabalho prestado, principalmente, a vocês, parlamentares mais antigos, certamente em muitos momentos o sr. Nazarildo os atendeu e prestou um grande serviço.

Eu gostaria de fazer um pequeno relato sobre a vida desse cidadão.

Servidor da Alesc, Nazarildo Tancredo Knaben, após muitos de trabalho na Assembleia Legislativa vai se aposentar. Casado com a

doutora Florinda Knabben tem dois filhos e três netos. Ingressou na Alesc em primeiro de julho de 1965, são 49 anos, sete meses e oito dias de tempo efetivo no exercício para esta Casa Legislativa. Assumiu o cargo de diretor-geral da Alesc, nos seguintes períodos: 76 a 78, 89 a 97, 99 a 2000, 2005 a 2006, 2010 a 2011. No total foram 13 anos e oito meses no comando administrativo desta Casa Legislativa do povo catarinense. Exerceu também o cargo de diretor administrativo do extinto Instituto de Previdência Parlamentar, Ipalesc. Seu cargo atual é consultor legislativo e trabalha na Procuradoria. Vai completar amanhã 70 anos de idade. Isso é um exemplo. Primeiro, de presteza, de dignidade, e o estado e esta Casa tem que se orgulhar disso, de um funcionário público com toda essa trajetória de prestação de serviços popular durante 50 anos. Isso é elogiável. E a você, Nazarildo, em nome de todos os funcionários desta Casa, dos funcionários efetivos que fazem este Poder andar dessa forma, os meus parabéns. Certamente, você deixará saudades a esta Casa, principalmente no domínio na garagem.

Amigo, a sua presença aqui será sempre marcante e inesquecível.

Parabéns pelos 70 anos de idade e, principalmente, pelos 50 anos de Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Também queremos deixar registrado, em nome da Casa, a homenagem a esse servidor que prestou e presta, ainda, um grande serviço para esta Casa Legislativa, assim como todos os demais funcionários desta Casa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Primeiramente quero cumprimentar v.ex.a., que preside esta sessão, v.ex.a. que foi governador, vice-governador, senador, homem público, cheio de glória. Seja bem-vindo!

Quero fazer uma homenagem também ao Nazarildo, que possui uma história extraordinária nesta Casa. Servidor público de qualidade. Foi diretor-geral desta Casa e foi um dos melhores zagueiros de todos aqui da Alesc. Ele é o retrato da dedicação do servidor público. Vamos sentir muita saudade, mas desejamos muito sucesso. Os deputados são bons técnicos, porque tem time que faz tudo andar.

Nazarildo, grande zagueiro, você irá deixar muita saudade, desejamos sucesso.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Querida também fazer homenagem ao Nazarildo. E para quem não o conhece, ex-diretor da Casa, pessoa que está saindo com a sua aposentadoria compulsória da Casa. Nazarildo, a você a nossa homenagem, o nosso carinho, muita saúde para você e sua família.

Parabéns pelo funcionário público que você foi, pela maneira como você exerceu a função. Um grande abraço, felicidade e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu gostaria de saudar todos os deputados e todas as deputadas, todos que nos acompanham neste momento pela TVAL, apesar de lastimar, pela segunda vez ao usar a Tribuna desta Casa, que na minha região a TVAL está com problemas e não está transmitindo.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, por coincidência, quando vou me pronunciar sobre a minha região, a TVAL, infelizmente, em função de

alguns problemas técnicos, não consegue transmitir ao vivo o nosso pronunciamento. É claro que a questão são problemas técnicos, parece que é o satélite.

Mas queria, antes de fazer um pronunciamento sobre a questão pesqueira na nossa região, falar sobre uma matéria do *Diário Catarinense*.

(Passa a ler.)

"A projeção aponta um aumento de 62% na energia elétrica em Santa Catarina."

Deputado Fernando Coruja, há uma projeção de aumento de 62% na energia elétrica no estado de Santa Catarina. Diz a matéria que quem já recebeu a conta de luz referente ao mês de janeiro percebeu que o preço da energia elétrica vai deixar muita gente de cabelo em pé. E é bom preparar o bolso, porque foi só o primeiro de três aumentos que devem ocorrer ainda em 2015. Para clientes da Celesc a alta deve chegar a 62,37% este ano. A projeção de Paulo Steele, analista que atuou por cinco anos na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, no desenvolvimento do cálculo dos custos para concessionários, e, hoje, atua na consultoria TRE Soluções, esse percentual já leva em conta a bandeira tarifária mais cara a partir de março.

Ora, quer dizer que Santa Catarina, um estado em projeção, industrializado, que se destaca dos demais em geração de emprego, na produção, e recentemente o governador falou aqui de todas as suas potencialidades, do seu crescimento, não sei por que, fala a matéria, terá um aumento de mais de 62% na energia elétrica?

Esperamos que essa projeção não seja conclusiva, não seja real, e que realmente possa haver aí uns erros desses que estão projetando, aumentando a energia elétrica do país.

Mas queria aqui usar esse nosso tempo, primeiramente, para cumprimentar o deputado Dr. Vicente Caropreso, que fez um apanhado sobre a questão dos problemas de saúde de nosso estado, principalmente sobre o mosquito que está trazendo preocupação àquelas regiões mais pobres.

E se realmente não for combatida essa doença nós teremos sérios problemas futuros no estado de Santa Catarina, que é um estado em projeção.

Quero aqui deixar meus cumprimentos por esta questão levantada pelo deputado Dr. Vicente Caropreso que tem todo um conhecimento na área de saúde.

Mas, srs. parlamentares, acompanhei, *in loco*, no mês de dezembro o sindicato dos armadores e pescadores de Itajaí, na região que realiza um ato, com dezenas de embarcações, impedindo os navios de entrarem no Porto de Itajaí e Navegantes.

Episódio que teve repercussão nacional e internacional, pois todos acompanharam aquele ato que foi realizado pelos sindicatos impedindo inclusive a entrada de um navio de cruzeiro. E esse ato realmente foi comentário no Brasil inteiro e em diversos outros países.

Eles protestavam contra a Portaria n. 445, que publicou a lista das espécies ameaçadas de extinção, dentre elas diversos peixes e moluscos considerados recursos pesqueiros e importantes para o setor.

Segundo a categoria, o ministério do Meio Ambiente não poderia aprovar esta portaria sem consultar o ministério da Pesca e Aquicultura.

O Sindipe - Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região - diz que o prejuízo para os pescadores seria imediato com reflexos incalculáveis na economia do setor.

A nova lista de espécies ameaçadas de extinção inclui mais de 80, alvo da pesca comercial. Então, é preciso haver toda uma discussão, que todo o setor pesqueiro e o próprio ministério da Pesca realizem uma pesquisa para decidir medidas a serem tomadas e não prejudicar um dos setores maiores do nosso Brasil, que é o setor da pesca de Itajaí e da região.

Foram criados dois grupos de trabalho, um na esfera governamental e outro entre a sociedade civil e setores do governo federal. Na opinião do setor a maior responsabilidade desse

problema é do próprio governo federal, que nos últimos dez anos não promoveu as necessárias pesquisas e o consequente ordenamento da atividade pesqueira no Brasil.

Santa Catarina, como polo líder da pesca no Brasil, não pode se curvar aos desmandos do governo federal, especialmente Itajaí, Navegantes, Porto Belo e assim por diante, porque são esses municípios responsáveis por cerca de 20% da população nacional de pescado. E lá estão concentradas as operações de descarga de mais 600 embarcações de porte industrial. Esta região contribui com 90,95% dos empregos no setor pesqueiro em Santa Catarina, com 3,16 mil trabalhadores, também com grande número de empresas ligadas à pesca.

Eu quero, srs. parlamentares, sugerir aos demais companheiros e companheiras para que possamos, e eu vou fazer um requerimento ou indicação e buscar assinaturas de todos os deputados, encaminhar um documento que possa sensibilizar o governo federal em não tomar uma atitude radical que traga prejuízos a esse setor. Por isso, nos próximos dias, irei passar um documento que será encaminhado ao ministério da Pesca.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

Antes de a deputada Luciane Carminatti encaminhar-se à tribuna, quero deixar registrado, porque depois o deputado Aldo Schneider irá dar sequência a esta sessão, que hoje seria a data para que as comissões tivessem seus nomes indicados e a partir daí a Casa pudesse trabalhar. O prazo regimental são cinco sessões e, se for obedecido esse prazo, após o Carnaval já teriam acontecido as cinco sessões. Parece-me que todas as bancadas fizeram a indicação dos seus membros, com exceção do PT. Eu não estou atropelando tampouco cobrando do PT, quero apenas deixar registrado que havia sido feito este encaminhamento de que hoje seria a data da entrega das indicações, mas não foi possível. Por isso, ficamos no aguardo que o PT faça a indicação dos nomes para posterior instalação das comissões para que, a partir daí, a Casa passe a funcionar, até porque todos os projetos, sejam de origem do governo ou do Poder Legislativo, com o início do mandato foram para o arquivo. Portanto, não há nenhum projeto tramitando, mesmo os projetos de origem do governo terão que ser desarquivados nas comissões de mérito, e isso só vai ocorrer depois das comissões instaladas.

Por isso se houver possibilidade de anteciparmos é uma mensagem para a sociedade de que nós começamos a funcionar. Se não for possível, é compreensível, e o Regimento estabelece por este motivo, a data das cinco sessões. Se até amanhã o PT puder concluir a indicação das comissões, poderíamos amanhã mesmo instalar e eleger as comissões e, na Quarta-feira de Cinzas deliberamos normalmente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para informar que nós já agendamos para amanhã, às 13h, portanto, antes da sessão, para permitir que até a sessão possamos fazer a indicação dos nomes das bancadas. Tivemos problemas com as agendas de alguns deputados, mas amanhã, às 13h, já teremos agendado para fazer isso.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Se isso for possível, amanhã nós instalaremos as comissões e suspenderemos a sessão, já elegendo os presidentes, o que permite na prática que a Casa possa funcionar normalmente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, da mesma forma, como a bancada do Partido dos Trabalhadores, o bloco social progressista amanhã também definirá. Os nomes estão praticamente acordados, já com a relação junto ao líder do bloco do deputado José Milton Sheffer, mas quero crer que até amanhã, às 13h ou às 14h, no mais tardar, haverá de chegar às mãos de v. exa. a relação de cada um dos membros que fará parte das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, como encaminhamento, é possível nós reconstruirmos a data para amanhã?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Não, sr. presidente, nós estamos também alterando a liderança. Neste momento ainda estou na liderança, mas amanhã vamos fazer, se tivermos um novo líder, senão farei a indicação, imprevisivelmente, amanhã. Depois, se houver necessidade de troca de nomes, faremos a substituição.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Perfeito. Esta é uma boa saída, porque nada impede que logo depois haja substituição, e o líder tem a prerrogativa de substituir os membros sempre que houver interesse partidário.

Com a palavra, agora, com pedido de desculpas, pois aguardou para iniciar o seu pronunciamento, a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, presidente, cumprimentar todos os deputados e deputadas.

O dia de hoje é um dia muito especial, dia 10 de fevereiro, pois nós estamos completamos 35 anos na história de construção do Partido dos Trabalhadores.

Tenho 44 anos e grande parte da minha vida construída no PT, e o PT, apesar de todas as críticas, de todos os desafios que enfrenta neste momento, é um partido que tem um olhar social, coletivo do bem comum e que se importa muito com as condições de vida da nossa população.

Então, este partido nos torna muito mais humanos, mais solidários e preocupados com o futuro do nosso país.

Em 1980, foi criado o Partido dos Trabalhadores. Atualmente, temos basicamente 10,37% do total de cidadãos filiados em todos os partidos políticos no Brasil.

Hoje, nos 35 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores, continuamos a defender a democracia, continuamos a defender a justiça social e continuamos a defender a distribuição de renda, mas levantamos uma das ações que mais devem nos preocupar, e acredito que é um tema de interesse de toda a sociedade brasileira e também dos meus colegas deputados aqui presentes, que é o tema da reforma política.

O PT traz, nesses 35 anos, este tema como um dos grandes temas necessários para nós encarmos a representação e também o debate da corrupção que hoje tanto nos preocupa e nos faz pensar medidas que possam de fato coibir isso em todos os partidos, infelizmente.

E o tema da reforma política é um tema que, conforme a visão de um parlamentar, de um partido tem prioridades para uns o voto distrital, para outros o financiamento público e para terceiros o voto em lista.

Enfim, qual é a prioridade que o Partido dos Trabalhadores tem quando discute a reforma política como um tema central da nação brasileira? A prioridade é o fim do financiamento privado, porque entendemos que quando o poder econômico entra na discussão e na decisão de quem deve ser eleito, o poder econômico é que decide quem são os eleitos e não a sociedade.

Outro tema bastante importante é com relação à paridade de gênero. Por mais que façamos trabalho, e muitos colegas deputados são parceiros nisso, deputado Dirceu Dresch, nós sabemos que as mulheres são poucas e cada vez menos. Aqui mesmo nesta Casa na legislação anterior nós tínhamos cinco deputadas eleitas. Agora temos quatro deputadas eleitas e apenas três em exercício no seu mandato. É o caso da maioria das Câmaras de Vereadores, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Nós não passamos de 10% de representação política.

Portanto, o PT traz o tema da paridade de gênero. Se as mulheres ocupam mais 52% da população brasileira é muito justo que metade dessas cadeiras seja de representação feminina, e assim se reproduzindo no Parlamento também. O Sindicato dos Armadores das Indústrias de Pesca da Itajaí e região.

Outro tema é o voto em lista para que consigamos despersonalizar a política e que possamos discutir projetos, a identidade que liga o eleitor com uma ação política e não uma pessoa que passa ser a melhor, a salvadora. Nós não acreditamos na política individualista.

Então, o PT traz esses temas. Precisamos de uma constituinte exclusiva, porque entendemos que os 513 deputados federais que foram eleitos e os 81 senadores não deverão ter a condição adequada para pensar uma reforma política sem que os beneficie. É da natureza do deputado parlamentar querer continuar o seu mandato.

Então, é muito saudável que tenhamos, a exemplo da Constituição de 1988, uma constituinte exclusiva, eleita apenas para fazer a reforma política, sem direito, deputado Leonel Pavan, a outro mandato. Acho que com isso conseguiremos dialogar de forma melhor com a sociedade e construir uma política mais séria, mais decente e, de fato, com representação popular.

Então, o PT nesses 35 anos, assim como lutou pelas Diretas Já, assim como votou contra a Ditadura Militar, agora enfrenta o debate de combate à corrupção e, portanto, da reforma política.

Quero dizer que temos orgulho de estar num partido que apesar de todas as dificuldades que tem não muda as letras, não muda os nomes, mas encara os seus desafios, reconhece a sua história, os seus limites e olha para frente com a necessidade de se reestruturar e de encarar os seus desafios.

Falar do PT é falar do povo que ganhava R\$ 200,00 e hoje ganha R\$ 800,00, é falar de um país que hoje permite que o cidadão possa ter a sua casa, possa ter o seu carro, possa ter o seu emprego, possa estar numa universidade federal, possa estar numa universidade com ProUni, possa estar num instituto federal, possa estar numa creche desde pequeno. Isso é falar do PT! São lutas que a esquerda brasileira fez e que nós temos orgulho em dizer que estamos comemorando.

Então, não queremos, neste aniversário, somente comemorar, mas dizer que os desafios de hoje da conjuntura brasileira apenas serão resolvidos e encarados com a coragem de enfrentar reforma política, para isso nós lançamos o debate da reforma política construída com a base social, com a CNBB, com as igrejas evangélicas, católicas, com as pastorais, enfim, com todos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, sra. deputada Luciane Carminatti.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 003, 004 e 005 de autoria do deputado Neodi Saretta; 006, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; e 007, de autoria do deputado Cesar Valduga, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s.: 018, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 019 e 022, de

autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 020, de autoria do deputado Marcos Vieira; 021, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 23, de autoria do deputado Leonel Pavan.

Pedido de Informação n. 004, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações acerca do balancete, demonstrativo das movimentações financeiras e prestação de contas da Fesporte referente aos anos de 2012, 2013 e 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 005, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de Estado da Defesa Civil, solicitando informações acerca das audiências públicas realizadas no município de Taió, para debater com a comunidade local as obras de ampliação da barragem naquela cidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 006, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações sobre possível cancelamento do convênio que garantia ao estado recursos para instalação de bibliotecas em municípios com menos de dez mil habitantes.

Em discussão.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, nós encaminhamos este requerimento justamente porque houve uma informação do jornalista e colunista Moacir Pereira, do jornal *Diário Catarinense*, que o ministério da Cultura destinou a Santa Catarina R\$ 740 mil para que fossem selecionados 26 municípios para a instalação de bibliotecas públicas.

O ministério da Cultura, sensibilizado com essa necessidade, realizou este convênio. E foram 46 prefeituras que foram trabalhadas, entre elas, presidente, foram escolhidas 26, por uma seleção entre prefeitos e uma comissão.

Lamentavelmente a secretaria de Turismo do Estado, não sei por que cargas d'água, não sei se por inoperância, deixaram passar, não encaminharam os documentos que deveriam ser encaminhados, e o Ministério Público cancelou um convênio de R\$ 740 mil que seriam destinados as 26 prefeituras com menos de dez mil habitantes, sr. presidente.

Eram bibliotecas para atender essas comunidades, esses municípios. O governo federal dá com as duas mãos e parece que o governo do estado dá as costas a um benefício tão importante para o nosso estado. Por isso o nosso requerimento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mario Marcondes.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Deputado Leonel Pavan, ontem conversei sobre o assunto com o secretário Felipe Melo e a parece que a história não é bem assim. É o que efetivamente sabemos, com conhecimento de causa. Falar por falar não dá. As informações que vieram via jornal não são verdadeiras. Não foi isso que

aconteceu. Tinha uma licitação na secretaria montada em que, efetivamente, o objetivo do convênio não seria atendido. Vamos dizer, estava extremamente superfaturado. O secretário não querendo rasgar e não rasgando dinheiro público cancelou a licitação. Foi reaberto o processo. Então, não houve perda de prazo por parte da secretaria. A licitação efetivamente não iria atender o objetivo tão importante do convênio que é fazer bibliotecas para os municípios pequenos. Isso é de grande valia e grandeza, e certamente esse convênio será recuperado e o objetivo será atendido.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - O secretário terá a oportunidade de fazer essa defesa que o deputado Mario Marcondes falou com documentos. Ou o que a imprensa está noticiando é equivocado ou realmente houve certo desleixo por parte da secretaria do Turismo de Santa Catarina. Esperamos que esses recursos sejam recuperados e aplicados na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Finda a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Rodrigo Minotto, por até dez minutos.

O SR. RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aqui externar os meus cumprimentos aos servidores desta casa que muito bem tem nos atendido, principalmente, a nós, deputados novos. Meus sinceros agradecimentos.

Quero saudar e cumprimentar o deputado Dalmo Claro pela sua posse no dia de hoje. Tenho certeza de que pela sua experiência na gestão pública e privada também ele irá contribuir muito para o desenvolvimento deste estado e irá engrandecer o Parlamento Catarinense.

Também quero externar os cumprimentos ao amigo Douglas Melo, de Lebon Régis, que está aqui presente; ao vereador Tete, do município de São José; ao bispo Marcelo Pires, da Igreja Mundial; ao colega Neves, também aqui presente.

Como é a primeira vez que me pronuncio nesta tribuna quero fazer um agradecimento a todos os companheiros e companheiras do PDT, na pessoa do nosso ministro Manoel Dias, que nos ajudaram, num conjunto de esforços, para que o PDT tivesse um espaço neste Parlamento. Cumprimento os meus amigos e a minha família, que muito contribuíram para que eu pudesse estar no dia de hoje nesta tribuna.

Deputado Kennedy Nunes, na semana passada citou um caso de fechamento de uma delegacia em Joinville, e estamos aqui hoje divulgando o caso de inúmeras escolas rurais sendo fechadas em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O descaso histórico com a educação rural neste nosso Brasil, essencialmente agrário, vem contribuindo para o baixo nível de escolaridade e evasão escolar no meio rural.

A LDB estabelece que a oferta de educação básica para o campo atenda peculiaridades da vida rural e de cada região, porque a escola de campo tem identidade própria por sua natureza, temporalidade e diversidade, e não se iguala às escolas urbanas, embora os conteúdos sejam universais do ponto de vista científico e tecnológico.

De acordo com os marcos regulatórios do Estatuto da Criança e do Adolescente e normativas do Conselho Nacional de Educação o acesso da criança que convive no meio rural à escola deve ocorrer na mesma comunidade em que a criança mora e que, excepcionalmente,

alunos dos anos iniciais do ensino fundamental sejam atendidos em escolas nucleadoras - que recebem alunos de diferentes localidades - mas todos devem ser mantidos no contexto rural.

Não somos, a princípio, contra a absorção de escolas menores por escolas maiores, desde que os impactos social, econômico e cultural não afetem a vida das famílias agricultoras, que não representem longos deslocamentos, que as escolas estejam no mesmo espaço rural, que haja melhoria da infraestrutura escolar, efetiva qualificação dos professores e que o currículo reflita uma sintonia dos alunos com sua comunidade de origem. Essas são as condicionalidades.

As escolas do campo são vitais para os filhos dos trabalhadores rurais cujas especificidades atendem às necessidades culturais e econômicas de uma determinada região ou comunidade, até porque, em qualquer canto do país, todos têm o direito de estudar perto de casa.

Numa estado como o nosso, rico pela sua produção agrícola, pela qualidade de vida, pela sua diversidade cultural, pela sua conformação de pequenas propriedades rurais, é inaceitável a inexistência de uma política pública de educação e de ensino voltada para o campo.

Esta nova 'velha' política adotada pelo governo de fechamento de escolas rurais em Santa Catarina e que vem ocorrendo contínua e sistematicamente na contramão da história sem o necessário debate público e configura um processo autoritário, perverso, hostil, excludente e discriminatório sem o necessário, indispensável e democrático diálogo social.

É inaceitável que este prodigioso estado, ao invés de garantir - que este é o seu papel social - o acesso dos filhos dos trabalhadores à escola de boa qualidade, queria recriar o sistema de enturmação ou multisseriês restringindo o acesso à matrícula de alunos do campo em suas respectivas escolas rurais.

Segundo o censo Escolar 2000 a 2011, Santa Catarina só perde na desativação de escolas rurais para os estados de Rondônia, Goiás, Tocantins e Ceará.

Kremer, em 2010, pesquisou o processo de nucleação escolar em Bom Retiro e constatou que o mesmo implica no desenraizamento e mudanças de atitudes e valores de muitos jovens de áreas rurais, entre outras questões.

O caso da Escola 30 de Outubro, de Lebon Régis, é emblemático.

Trata-se de uma escola rural situada em um assentamento de reforma agrária que atende, preferencialmente, filhos dos pequenos agricultores rurais, e os alunos não conseguem acesso ao sistema adotado pela secretaria de Educação para efetuar suas respectivas matrículas.

Para onde vão estas crianças? Qual o impacto financeiro, social e cultural para essas famílias? Os conselhos municipais e o Conselho Estadual de Educação foram ouvidos? Quais os critérios utilizados na reorganização espacial da rede escolar rural? Essas são as perguntas que nós gostaríamos de fazer.

Por que a secretaria de estado da Educação não tem projeto educacional ancorado na concepção de educação do campo comprometido com os valores culturais da comunidade, contrário à educação hegemonicamente imposta pelo estado deslocada das verdadeiras necessidades das famílias e das crianças rurais? Esses são os questionamentos que esperamos esclarecer em breve.

Deputado Gean Loureiro, a situação está a exigir explicações do sr. secretário de estado da Educação e uma postura cidadã dos nobres colegas deste Parlamento na defesa da reabertura da matrícula dos alunos da Escola 30 de Outubro, assim como tantas em nosso estado de Santa Catarina, e um novo realinhamento para ampliar o debate sobre a 'enturmação' que acaba desqualificando o ensino e o trabalho do professor comprometendo a pedagogia e, sobretudo, contrariando princípios básicos de educação formal de qualidade como direito de todos."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o deputado Luiz Fernando Vampiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Boa-tarde, deputado Mario Marcondes, que preside os trabalhos neste momento, saúdo aos demais srs. deputados aqui presentes, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alecs Digital, enfim, todos.

Hoje foi e está sendo um dia importante para o município de Urussanga, pois tivemos aqui na Assembleia Legislativa uma comitiva representando o Hospital Nossa Senhora da Conceição. Fazem parte dessa comitiva a diretora do hospital, a irmã Olinda; o presidente, sr. Bezatti; o sr. vice-prefeito municipal, Luiz Henrique Martins, o Cuica; a secretária de Saúde, Karina Serafim de Souza; a secretária de Nova Veneza, de Cocal do Sul, enfim, todos procurando uma solução para a situação grave que se encontrava a maternidade do referido hospital.

A bancada do sul, composta pelos deputados Cleiton Salvaro, Rodrigo Minotto, Valmir Comin, José Nei Ascari e Ricardo Guidi, esteve em audiência com o secretário de estado da Saúde, João Paulo Kleinübing, e foi encontrada uma solução paliativa para que, efetivamente, o hospital se adeque às normas e condições técnicas para ser enquadrado e aí, sim, receber recursos do governo federal, da Rede Cegonha. Muito importante essa decisão com repasse de R\$ 129 mil que estava retido junto a um convênio do ano passado e, também, um comprometimento para que o governo do estado de Santa Catarina invista mais R\$ 750 mil na sala de radioterapia, em virtude de que todo o equipamento foi comprado e está lá à disposição para ser utilizado pelos pacientes do SUS em Santa Catarina.

Mas hoje também é um dia muito importante para dez municípios do sul de Santa Catarina, principalmente por uma questão que envolve o Comitê da Bacia do Rio Urussanga, instalado nesta Casa Legislativa, que fazia a discussão do desassoreamento do referido rio, que tem uma superfície de mais 580 km² com mais de dez municípios que margeiam esse grande afluente do sul catarinense e que faz parte da Bacia da Apa, da Baleia Franca, deputado Gean Loureiro, ou seja, uma questão muito importante para nós.

Há algum tempo esse Comitê da Bacia do Rio Urussanga, que é composto por 30 entidades, deputado João Amin, v.exa. também conhece esta região, vem discutindo esse assunto.

É uma ação muito importante que está sendo discutida, mas não viamos nada de concreto até que, deputado Dalmo Claro, em 2011, conseguimos concretizar, com a união dos dez prefeitos, um recurso na ordem de R\$ 50 mil de cada prefeitura para que fôssemos até a iniciativa pública seja ela voluntária e filantrópica da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina onde foi contratado um projeto qualitativo e quantitativo para o desassoreamento do rio Urussanga.

É importante dizer que aquela região de grande extração de minérios, de argila, de rejeitos sólidos sofre há algum tempo e o seu assoreamento, não há dúvida, compõe um grande desastre natural para toda aquela região.

Dos dez municípios qualquer chuva, qualquer condição climática diversa os prefeitos declaram calamidade pública ou outra situação de alagamentos ou danos às invasões das ruas públicas.

Quero dizer que o projeto foi concluído. Como secretário de estado do Desenvolvimento Regional levamos este projeto à secretaria da Defesa Civil onde existe, apenas no sul de Santa Catarina, um único projeto qualitativo e quantitativo.

Fizemos um protocolo e o levamos a Brasília para o ministério da Integração Nacional e pretendemos, com a ajuda, obviamente, de toda a bancada do sul, do deputado Valmir Comin, que foi o relator daquele Fórum Permanente que

aconteceu nesta Casa em 2004, conseguir trazer esses recursos na ordem de R\$ 56 milhões.

Hoje, às 19h no salão paroquial da Igreja Matriz de Urussanga, acontecerá a primeira audiência pública para a licença ambiental de execução e de operação desta grande obra importante e significativa para toda a região.

Então, venho a esta Casa pedir a sensibilidade dos 40 pares, mas, principalmente, da nossa bancada do sul, para que possamos fazer uma união importante para a proteção ambiental ao manancial d'água daquela região, que é um assunto muito importante que está em voga.

Por isso, gostaria de estar presente nesta audiência pública.

Gostaria de registrar este momento ímpar para os municípios de Urussanga, Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Balneário Rincão, Pedras Grandes, Treze de Maio, Morro da Fumaça, Sangão e de Jaguaruna.

Calculo que essa situação dar-se-á num momento importante em virtude de que às vezes os gestores públicos municipais reclamam de não terem recursos ou não ter, efetivamente, os seus projetos amparados e finalizados.

Nós temos um projeto que tem todo o quantitativo e qualitativo e R\$ 56 milhões. É uma obra muito importante para o sul de Santa Catarina e esse recurso será muito bem aplicado e trará resultados a curto espaço de tempo aos agricultores, aos moradores que margeiam o rio e, obviamente, a todos os gestores públicos que vem sofrendo com os alagamentos e com as enxurradas.

Muito obrigado, e um abraço!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, entramos hoje com uma indicação que foi aprovada pela Mesa Diretora e que solicita ao governador do estado e ao presidente do Badesc, apoio para a manutenção do Programa Juro Zero e a manutenção também da isenção de contrapartida, bem como o aumento do prazo de carência dos financiamentos em 18 meses.

Semana passada, praticamente reinaugurei aquela velha prática lá de Brasília, quando fui deputado federal, e reiniciei as audiências em algumas situações aqui em Florianópolis. Eu fui até o Badesc falar com o amigo Wellington, o diretor, que me recebeu da melhor maneira possível, e estava lá o prefeito de Schroeder, gente boa, e também o prefeito de Macieira. São pequenas prefeituras do estado que dependem de um fomento para o seu desenvolvimento, principalmente para a infraestrutura, porque quando caminhamos por esse estado afora vemos uma carência muito grande na infraestrutura desses municípios e, se não houver incentivo, as coisas vão ser realizadas pela metade, vão ficar inacabadas, e as prefeituras continuam com a qualidade do transporte muito ruim. É isto que vemos pelo estado e que se tem presenciado. Tem que haver o apoio governamental, como houve ano passado, quando foram destinados quase R\$ 240 milhões de recursos que beneficiaram centenas de prefeituras, umas mais, outras menos, mas que trouxe desenvolvimento para algumas regiões que precisavam desse apoio financeiro.

Tenho ouvido muitas conversas a respeito da BR-280, da BR-470, da BR-101, no trecho sul, mas na realidade essas nossas rodovias federais, e mesmo que se considerasse que a BR-101 já estivesse concluída, estão saturadas, porque o que vemos no norte do estado, onde a BR-101 está pronta, é perfidos e gargalos que estão se sucedendo de forma a atrapalhar e arriscar cada vez mais a vida das pessoas.

Estava vendo hoje uma estatística macabra, foram 38 mortes, ano passado, na BR-280. Então, quando se vê essa duplicação capengando novamente, com dificuldade para

pagar as pessoas que precisam ser indenizadas, atrasos em obras, ficamos preocupados.

Na entrada para Jaraguá do Sul existe uma obra que era para ser concluída em um ano, foi prorrogada para mais dois anos, irá ser concluída no começo de 2016. Enfim, é uma enrolação. Vemos o trabalho dobrado das empresas de ônibus, com a manutenção dos veículos cada vez mais cara; o atraso das pessoas para chegarem em casa, ao trabalho, que fica cada vez mais acentuado. Isto vai irritando as pessoas e se transforma numa fonte de estresse. É um estresse ficar nas filas, nas rodovias esperando. Isso poderia ter sido melhor planejado no Brasil, um Brasil que fica capenga nessa questão de planejamento a longo prazo. Nossa visão política é muito imediatista. Temos que pensar de maneira mais elevada, mais forte, mais além. Passam-se os anos, os mandatos vão-se sucedendo e não se fala em ferrovias no país e no nosso estado. Em alguns países é um sonho fazer uma viagem, por exemplo, para Alemanha, Estados Unidos, pegar um trem decente e fazer uma viagem com segurança.

Aqui no Brasil praticamente é coisa proibida falar em ferrovia, falar em qualidade de transporte público de passageiros.

O que nós temos hoje no estado mal e mal são velhos trens arcaicos, trens que descarrilam, trens que perturbam, inclusive, o caminho do desenvolvimento das cidades, e não temos mais a perspectiva, por exemplo, de uma translitorânea, de uma ferrovia que serviria de eixo norte/sul nessa área que é mais populosa, onde mais trafegam os veículos e onde mais ocorrem acidentes.

Portanto, está aí lançado um desafio: a translitorânea pensar alto, pensar cada vez mais para frente, pensar de uma forma em que nós possamos ver o futuro de uma maneira mais elevada, pensando em outros países onde isso já foi superado de uma maneira muito mais pensada.

Então, quero aqui reforçar esse pedido que fizemos com essa indicação ao governador do estado e ao presidente do Badesc, para que ele veja com carinho a manutenção desse programa Juro Zero.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Gostaríamos de registrar a presença, em nosso plenário, do ex-deputado Sérgio Godinho, hoje suplente de deputado. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, nós ouvimos aqui a deputada Luciane Carminatti falando sobre um assunto absolutamente importante no país hoje, que é a reforma política.

É verdade que nós, como deputados estaduais, por força de disposição constitucional, não podemos votar, evidentemente, em nenhum projeto que diga respeito à reforma política, porque isso é competência do Congresso Nacional. E tenho defendido e vou defender com insistência neste mandato uma alteração no pacto federativo que possibilite uma descentralização do poder, inclusive de legislar. Mas é muito importante que a Assembleia Legislativa, que as Câmaras de Vereadores e que a sociedade discutam os temas importantes, cruciais da sociedade.

No Congresso Nacional, a primeira coisa que se ouve quando chega lá, quando se fala em reforma política, é o seguinte: sempre que se tem uma crise, fala-se em reforma política para desviar a atenção da verdadeira crise. E tem sido assim sistematicamente. Sempre tem um projeto de reforma política tramitando e nunca nenhum é votado.

Neste momento, evidentemente, temos uma crise de graves proporções envolvendo as estruturas do Brasil, envolvendo os partidos políticos, envolvendo o sistema econômico do país, e a reforma política ganha forma novamente.

Entendo que neste instante há um fator que dá um alento maior da possibilidade, porque pela primeira vez, no debate dos candidatos à

Presidência da República, o tema entrou em pauta. Esse tema nunca entrava no debate presidencial. Como houve um momento de crise que precedeu a própria eleição, este momento que está acontecendo agora, houve por parte da presidente eleita uma afirmação de que faria a reforma política. E a matéria está colocada.

Temos muitos pontos a discutir. Acho que nós precisamos abrir o debate nesta Casa, para que possamos levar a sociedade, porque o debate não pode ser situado apenas dentro do Congresso Nacional, como coloquei, esses pontos. Pontos que passam, pelo que foi levantado aqui, de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva.

Este é um ponto que tem sido defendido pelo PT historicamente e que tem sido contrariado por muitos por entenderem que muitas vezes uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva pode, em determinado momento histórico, até com a realização de um plebiscito, de um referendo, fazer com que aconteçam fenômenos, como muitos que aconteceram na Venezuela e outros, de que o poder possa se perpetuar.

Mas entendo que o momento é favorável. Eu já tive dificuldade para aceitar a tese de uma Assembleia Constituinte Exclusiva, existe a função da questão jurídica, de um poder constituído originário que temos que debater, porém, acho que realmente neste momento histórico, na situação que temos, é preciso avançar para as reformas constitucionais em relação à questão da reforma política.

Pontos como o voto distrital, por exemplo, é preciso ser discutido, não à discussão visando a pensar em função de como as pessoas se elegem. Vejo que muitas vezes a reforma política parte para isso, no sentido se é melhor para o partido "a", para o partido "b", para a região "a" ou a região "b".

Temos que pensar evidentemente no que é melhor para um país. Nenhum país consegue fazer reformas sem partidos. Hoje mesmo estamos vendo a situação do nosso Brasil. O governo do PT, ao qual fiz oposição oito anos lá, fez uma lambança na economia do país, não dá para esconder isso. Agora, é preciso consertar parte dessa lambança. Está lá no Congresso Nacional a discussão de projetos para tratar do assunto.

Dificilmente o governo vai fazer uma reforma econômica que ele queira, porque dentro da própria base não há sustentação, pois cada um no Congresso vota como quer, não há partido. A única responsabilidade do sujeito que é deputado na prática parlamentar quando ele se elege, muitas vezes, à reeleição, ele não tem compromisso se o governo dá certo, ele não tem compromisso se a saúde vai bem ou não, como ele não faz parte de uma estrutura de um partido que tem um posicionamento que se coloca, que se discute, ele fica com essa única responsabilidade.

É preciso ter partidos, e para isso, sem dúvida nenhuma, a principal coisa é ter voto distrital. É assim que os partidos se formam em outros locais do mundo, porque aí a votação é majoritária. Nos Estados Unidos há dois partidos fortes, mas lá existem vários outros partidos. O candidato a presidente, na última eleição, teve mais de 300, se não me engano, mas se consolida dois partidos em função do voto distrital.

Na Europa, no sistema parlamentar, também há muitos partidos políticos, mas se fortalece pela questão do voto distrital, dois ou três partidos, e os partidos têm posicionamento, votam, porque a consolidação dos partidos políticos, a partir do sistema, é que faz com que isso seja possível.

Então, precisamos avançar nessa questão, há pontos cruciais para debater como a questão do financiamento, claro, o ideal seria um financiamento em que não houvesse a interferência da iniciativa privada, talvez não seja possível isso no Brasil, pois há inúmeros problemas a se debater em relação a isso.

Nós temos que debater a questão das listas. O Brasil tem uma lista que uma lista aberta, se é possível avançar noutra direção. Enfim, nunca

na história recente do país se fez uma reforma política, a última foi a Constituição Brasileira de 1988.

Todo mundo tem defendido, todo mundo é a favor quando se fala em reforma, fulano é a favor da reforma da saúde, todo mundo é a favor de reforma. Quando vamos discutir reforma tributária, nunca vi ninguém ser contra, mas quando vai discutir qual é o modelo, evidentemente, aí as pessoas começam a se posicionar contra ou a favor.

Então, há um momento favorável por uma reforma política e é preciso debater o modelo que temos. Nós temos que participar ativamente, as Assembleias, as Câmaras de Vereadores. Esse é um assunto que teremos que tratar aqui. Acho que a Assembleia precisa avançar no sentido de debate dessas questões nacionais. Precisamos debater, estamos esperando a montagem das comissões, talvez a partir de amanhã, para começar a aprofundar essas questões.

Eu quero apresentar, já falei aqui, estou preparando um requerimento para um fórum parlamentar para que possamos discutir algumas questões que possam ser levadas ao Congresso Nacional na forma de emenda constitucional, como prevê a Constituição no art. 60, inciso III, a possibilidade de 1/3 das Assembleias Legislativas do país apresentar emendas constitucionais para poder mobilizar outras Assembleias e levar propostas reais para mudanças no país.

Eu acredito que este é o momento e acredito muito que este debate tem que partir da base e as Assembleias têm que participar ativamente disso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado Fernando Coruja, meus parabéns pelo belíssimo pronunciamento e pela eloquência das suas palavras. Realmente o assunto é de suma importância e o país clama por isso.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Venho à tribuna nesta tarde para falar sobre dois assuntos, que entendo, sejam de suma importância.

Mas o primeiro assunto que gostaria de falar é sobre uma nota, presidente deputado Mario Marcondes, que saiu na coluna de ontem, do jornalista Claudio Loetz, do jornal *ANotícia*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Condor vai investir em Joinville.

A rede de supermercados Condor vai sim construir sua unidade em Joinville. Está em fase final para entrega de últimos documentos e estudos pedidos pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura. O diretor administrativo Wanclei Said dá esta afirmação.

O projeto do Condor Super Center terá o investimento de R\$ 50 milhões. O novo empreendimento será erguido em uma área de 20 mil metros quadrados e vai oferecer um mix de 40 mil itens, 700 empregos diretos."

E, ainda, segundo Said, que é o executivo do Condor, falando deste grande investimento que vai ser feito na cidade de Joinville, serão 700 novos empregos, nobre governador e deputado Pavan, R\$ 50 milhões.

Ele diz o seguinte, palavra dele registrada na coluna do Loetz:

(Continua lendo)

"Mesmo estando um pouco triste com a demora na aprovação do projeto, o Condor não vai desistir de Joinville. Nossa primeira visita ao prefeito Udo para lançar e mostrar o projeto foi no dia 15 de janeiro de 2013. Em abril de 2013 protocolamos junto à Fundema, agora Secretaria de Meio Ambiente, todos os documentos necessários para a liberação da obra. Já temos a aprovação do Corpo de Bombeiros e de todos os outros órgãos, apenas a prefeitura está ainda no compasso e estamos aguardando a liberação da secretaria."

O Grupo Condor, deputado Silvio Dreveck, v.exa. conhece muito bem, faturou R\$ 3,19 bilhões em 2013, é a sexta maior rede do Brasil, segundo o *ranking* da Associação Brasileira de Supermercados. E a meta da empresa é chegar ao final de 2016 com 45 lojas, 12 mil funcionários e um faturamento de R\$ 4 bilhões.

Falar o quê? Na crise que nós vivemos no Brasil, onde o empresário trabalha dia e noite para pagar impostos, ele quer investir na cidade R\$ 50 milhões e criar 700 empregos diretos. Diz que não vai desistir de Joinville porque desde o dia 15 de janeiro de 2013, portanto, um dia antes do meu aniversário de 45 anos, 15 de janeiro de 2015, fez dois anos que ele apresentou o projeto para o prefeito. Dois anos!

Em abril, agora, daqui a 40 dias, vai fazer dois anos que ele protocolou todos os documentos na prefeitura de Joinville e até agora todos os órgãos já deram a licença, mas a prefeitura ainda não!

Faz-me lembrar a campanha de 2012, quando o prefeito, então candidato, dizia que a prefeitura precisava de gestão, que as coisas eram embrulhadas, e ele, como empresário dizia: que dificuldade que é a empresa permanecer e abrir nesta cidade! Vamos normatizar, vamos fiscalizar, vamos abrir novos caminhos para minimizar a burocracia.

E daí, prefeito Udo? A prefeitura estava tão parada só nas indicações desse deputado para asfaltamento da cidade.

Em fevereiro de 2013 levei o prefeito Udo e o secretário Romoaldo França no Badesc, e o presidente era o João Paulo Kleinübing, porque ele foi o primeiro prefeito a ser recebido pelo Badesc, antes do governador apresentar o Juro Zero, e a saber que Joinville teria R\$ 20 milhões para investimentos na cidade e que Joinville teria tratamento de prioridade. No ano passado, indiquei R\$ 2 milhões e meio do Fundam para o asfaltamento de ruas, mas só agora, na quinta-feira, o governador foi na posse da Jorpeme e assinou a primeira liberação de R\$ 4 milhões desses R\$ 20 milhões. Agora que a prefeitura conseguiu vencer a fase das certidões.

Que vergonha, v.exa. que prometeu um governo ágil. Nem vou falar das questões da saúde. Mais envergonhada ainda está a

classe empresarial. E ele foi presidente da Acif cinco vezes. Pelo menos, o que se lê é isso. É uma vergonha vermos um governo tão trancado, tão centralista, com nada de realização, e o pior, que se reclamam dos buracos nas ruas, a culpa é do governo, mas ele é governo. Desce do palanque, prefeito Udo! Vai governar, vai fazer o que prometeu, porque até agora, basta andar nas ruas, as coisas não estão acontecendo.

Há outra reflexão que queria fazer rapidamente. Hoje assisti os jornais e todas as grandes mídias falavam da reintegração de posse de um terreno ao lado do aeroporto Cumbica em Guarulhos, São Paulo, de um italiano.

E fiquei pensando: virá todo um aparato policial para tirar três mil famílias que estavam morando ali há mais de dois anos numa área de mais de 220m² de propriedade exclusiva de um italiano. Quanto à reintegração de posse, não vou fazer aqui qualquer tipo de questionamento: proprietário é proprietário; decisão judicial não se questiona, cumpre-se. Mas será justo usar um aparato público para fazer a reintegração de posse de uma propriedade particular? O serviço público não está para atender a coletividade. Naquele caso específico, o que é a coletividade? O terreno de um cidadão ou as três mil famílias que estavam lá? Entendo que deveríamos partir para o seguinte ponto: na reintegração de posse dada pelo juiz deveria estar *linkado* ao proprietário do terreno particular que ele deveria pagar a ação de despejo. Eu posso ter um policial militar fardado para cuidar do meu patrimônio, posso contratar uma empresa privada? Sim. Então, se o policial militar não pode cuidar da propriedade privada, por que o estado vai dar o aparato para um único cidadão cuidar da sua propriedade?

Eu acho que isso nós teremos que discutir.

Era diferente quando é área pública. Quando é área pública o poder público tem que ir lá, afinal de contas ele tem que preservar e cuidar daquilo que é público. Mas quando é uma área privada, usar o aparato. Hoje tinha dois mil carros de polícia, tinha centenas de policiais. Fazendo o quê? Defendendo uma ação particular, pura e simplesmente. Devolveram ao proprietário o particular dele. Então, mais uma vez digo: isso está errado. Quem tinha que pagar essa despesa para ter o bem de volta? O proprietário. Porque senão, vamos usar dinheiro público, aparato público, para defender aquilo que é particular.

Uma reflexão para fazermos nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 026-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições CONSTITUI a Frente Parlamentar dos Portos e Aeroportos do Estado de Santa Catarina, integrada pelos Senhores Deputados Patrício Destro, Mario Marcondes, Natalino Lázare e Cleiton Salvaro, com o objetivo de acompanhar as políticas públicas e as obras de infraestrutura voltadas a esses setores.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 8 de abril de 2015.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 252, de 31 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ALINE COVOLO RAVARA**, matrícula nº 7185, da função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2015 (DL - Coordenadoria das Comissões).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

(Republicado por incorreção)

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Ao décimo primeiro dia do mês de março de dois mil e quinze, na sala de imprensa desta Casa Legislativa reuniram-se sob a Presidência do Senhor Deputado Gean Loureiro, os Deputados membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente: Deputado Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão; Deputado Cesar Valduga; Deputado João Amin; Deputado Gabriel Ribeiro; e Deputado Neodi Sareta. Também estiveram presentes a Deputada Ana Paula Lima, o Deputado José Milton Scheffer, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Carlos Chiodini e o Presidente da FATMA Alexandre Waltrick. O Senhor Presidente abriu os trabalhos desejando boas vindas a todos e em seguida leu a Ata da primeira reunião ordinária da Comissão, aprovada por unanimidade. Agradeceu a presença de lideranças de Sombrio, Passos de Torres, Balneário Gaivota, Balneário Rincão, Araranguá, Criciúma e representantes de outros municípios do Sul do Estado. Passou a palavra ao Prefeito de Sombrio Zênio Cardoso, que falou sobre o Complexo Lagunar Sombrio - Caverá. Relatou os problemas ecológicos nos mananciais e afirmou que a diminuição da lâmina de água na lagoa de Sombrio vem impedindo a atividade dos pescadores artesanais. Justificou não ser um pedido de um Município, mas sim de uma região e que o problema que foi criado no passado e que requer urgência. Ato contínuo, fez entrega ao Presidente da FATMA de um relatório técnico sobre o atual estado de preservação das lagoas, o qual faz parte da viabilização do Complexo Lagunar. O Senhor Alexandre Waltrick, informou que a instituição emitirá posicionamento oficial sobre a questão em até noventa dias e que a criação de uma unidade de conservação no local é importante, já que existe parecer neste sentido do Ministério Público Federal. Falou que iria, dentro deste prazo, procurar as soluções cabíveis, bem como auxiliar esses municípios a captar os recursos necessários para sanar os problemas mais urgentes. Com a palavra e com base nos encaminhamentos tomados pela FATMA, o Presidente da Comissão Deputado Gean Loureiro se comprometeu a agendar uma visita de inspeção às duas lagoas. Ato contínuo, o presidente passou a palavra ao Deputado José Milton Scheffer que cumprimentou a todos demonstrando preocupação com a sustentabilidade do sistema do complexo lagunar. Afirmou que as obras do passado impactaram muito negativamente. Frisou que a construção de barragens é importante, mas que a preservação é prioridade. Fez um apelo ao Secretário Carlos Chiodini para a liberação de recursos. Relatou ao Presidente da FATMA que vários documentos foram enviados a prefeitura de Sombrio e ressaltou a importância de designar alguém da prefeitura do município de Criciúma para atender as necessidades referentes ao problema enfrentado. Dando continuidade o Senhor Presidente, passou a palavra ao Senhor Alexandre Waltrick que apresentou aos senhores Deputados e todos os presentes o funcionamento e as demandas da FATMA, frisou que a Instituição cresceu e incluiu parcerias com a Polícia Ambiental. Acrescentou que a licença ambiental hoje é um produto caro, envolve outros órgãos e que a morosidade precisa ser corrigida. Afirmou ainda que a FATMA responde pela fiscalização de outros órgãos, sejam eles Estaduais ou Federais. Fez um apelo para que se verifique ações em relação aos abusos cometidos por

órgãos Federais e acrescentou que as intervenções e exigências de alguns procuradores da República tem provocado morosidade ao processo. O Presidente ainda alertou para a necessidade do Estado de assumir suas competências, que não há necessidade de vincular cada decisão a Órgãos Federais. Solicitou apoio da Assembleia Legislativa de Santa Catarina na busca de ações conjuntas para a resolução destes entraves. Apontou a necessidade de mudanças no modelo de gestão da FATMA, que passaria a atuar como Instituto ou mesmo Secretaria de Estado. Acrescentou que se o Ministério Público Federal analisar, apontará que Santa Catarina cumpre totalmente a legislação em vigor e se referiu a necessidade de criação de um órgão de gestão ambiental com força, segurança e autonomia para captação de recursos de forma direta e geri-los. Acrescentou a necessidade de estrutura e organização da Instituição para análise e homologação dos cadastramentos de propriedades rurais iniciados pelo Programa Ambiental Federal. Enfatizou que totalizam trezentas mil, as propriedades rurais para homologação e há necessidade de estrutura de pessoal capacitado. Relatou que a FATMA ainda aguarda o Programa solicitado ao Governo Federal em 2014 para iniciar os trabalhos. Esta demora constitui-se num entrave para o início das homologações. Ressaltou ainda que a Instituição está agilizando o Programa "FATMA sem papel", que trará informatização, facilidade na busca dos serviços para a população e diminuição dos deslocamentos desnecessários de funcionários da própria Instituição. Insistiu na necessidade de criar uma cultura de confiança que não obrigue o cidadão a ser questionado previamente mediante as declarações apresentadas. No decorrer do processo a fiscalização, caso encontre irregularidades, aplicará as penas cabíveis. Acrescentou ainda a necessidade de atualizações das taxas e valores cobrados para licenças. Em suas considerações finais o Presidente afirmou que a Secretaria passa por um momento de solidificação e sedimentação. Suas estruturas necessitam de reformas urgentes, por isso conta com a colaboração dos senhores Deputados e com recursos do Governo Estadual para as melhorias que se fazem necessárias. O Presidente Deputado Gean Loureiro passou a palavra ao Secretário Carlos Chiodini, que cumprimentou a todos e ressaltou que a Secretaria está à frente de vários processos e funções, com destaque ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente, desenvolvimento econômico, programas incentivados e áreas de tecnologia. Afirmou que considera uma das questões mais importantes, as relativas ao meio ambiente no âmbito de Santa Catarina e Brasil e que questões climáticas e problemas sociais estão sendo tratados como projetos junto com a FATMA. Pediu a participação dos Deputados em relação aos problemas sociais. O Secretário citou alguns temas que deseja trabalhar em conjunto com a Comissão, entre eles a aplicação do Cadastro Ambiental Rural, o pagamento dos serviços ambientais, a política de resíduos sólidos, emissão de gases e principalmente a exploração de recursos hídricos no Estado, enfatizando a questão hídrica. Com a palavra, O senhor Deputado João Amim afirmou estar preocupado com o atendimento aos pequenos e microempresários. Já o Senhor Deputado Cesar Valduga lembrou da necessidade de se promover o "Livro Zero" nos Municípios catarinenses. Ato contínuo, o Deputado Gabriel Ribeiro destacou a importância dos licenciamentos das pequenas Centrais Hidrelétricas e a regulamentação das empresas cascalheiras, que atuam na recuperação de estradas. O Presidente da Comissão Deputado Gean Loureiro fez alguns encaminhamentos, propondo aos membros da Comissão da formação de um grupo de trabalho juntamente com a FATMA, Secretaria

de Desenvolvimento Sustentável, Casa Civil, Secretaria da Fazenda e Consultoria Legislativa da Assembleia Legislativa, no intuito de realizar a atualização e o aprimoramento da Legislação Ambiental em Santa Catarina. afirmou que algumas leis não tem mais validade, perderam sua eficácia, que algumas precisam ser revogadas e outras atualizadas. O Presidente Alexandre Waltrick disse ainda que a FATMA se fará presente nesta Comissão e que tem como objetivo a desburocratização e se colocou a inteiramente a disposição. Ato contínuo o Presidente da Comissão ressaltou sobre a necessidade da Casa Civil pensar de maneira imediata na regulamentação da legislação aprovada por esta Casa no final de 2013. Pediu que a FATMA criasse um novo formato de licença - não exatamente o código das alterações do rito de licenciamento - que dará mais agilidade a regulamentação por parte do Poder Executivo. Agradeceu ao Secretário de Desenvolvimento Sustentável pelas ações imediatas no jardim Botânico de Florianópolis. Informou que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente terá uma programação relativa a semana do meio ambiente que se inicia na primeira semana de junho, frisou que pode ser realizado um grande evento com a vinda de prefeituras de todo o Estado, para estimular a criação de Fundações Municipais. Ressaltou que Fundações geram despesas, mas são auto-sustentáveis já que taxas de licenças ficam no próprio município. Solicitou a participação ativa da FATMA e da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, para que juntos possamos realizar um grande evento com resultados práticos. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Ata será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Gean Loureiro

Presidente

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.316, DE 8 DE ABRIL DE 2015

Aprova as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2010.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 40, inciso IX, da Constituição do Estado e do art. 186, inciso III, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2010, integradas pelas contas do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 036/2015

REFERENTE: 17º Termo Aditivo de 26/03/2015, referente ao Contrato CL nº 041/2009-00, celebrado em 18/12/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Com base na reivindicação da contratada e a devida autorização administrativa, reajustar o "Montante A" em 7,55% com base na Convenção Coletiva do Trabalho /2015 firmado entre as representações dos trabalhadores e das empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação, e, por via reflexa também, o "Montante C", com eficácia a partir da competência 1º janeiro/2015.

2) Tal reajuste redundou num aumento mensal de R\$ 65.645,08, que corresponde a 9,52% sobre o valor global do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" c/c § 8º da Lei 8.666/93; Item 3.4.1 da Cláusula Terceira do Contrato original; Item 13. 2. 1 do Edital; Ato da Mesa nº 128, de 27/02/2015 e; Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 08 de abril de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Fabício José Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo

Luiz Hermes Bordin- Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 037/2015

REFERENTE: 04º Termo Aditivo de 25/03/2015, referente ao Contrato CL nº 039/2012-00, celebrado em 21/12/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: São Vicente Empreendimentos Imobiliários Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Reajustar o valor do contrato em 3,674%, que corresponde à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV apurado no período de janeiro/2014 a dezembro/2014, inclusive.

2) Tal reajuste redundou num aumento mensal de R\$ 497,90, com

eficácia financeira a partir de 01/01/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", combinado com o § 8º da Lei nº 8.666/93; Item 3.3 da Cláusula Terceira do Contrato original e; Autorização administrativa e Ato da Mesa 128 de 27/03/2015.

Florianópolis/SC, 08 de abril de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Fabício José Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo

Sandra Regina de Palhares Falção Rodrigues- Procuradora

*** X X X ***

EXTRATO Nº 038/2015

REFERENTE: Contrato nº 002/2015 celebrado em 19/03/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CPNTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

OBJETO: O presente contrato tem por finalidade:

1) A contratação de serviços de mão de obra continuada, composta por postos de serventes, auxiliares de serviços gerais, copeiras, encarregados de nível 1 e 2, telefonistas, lavadores de veículos, pintores, jardineiros, encanadores, eletricitas, pedreiros e carpinteiros, incluindo o fornecimento de materiais de limpeza para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

VALOR MENSAL: R\$ 856.666,35

VALOR GLOBAL: R\$10.279.996,20/ ano.

VIGÊNCIA: 01/04/2015 a 31/1/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21/6/93 e suas alterações que fundamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 047/2014, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe; Edital da Concorrência nº 001 de 11/02/2015 e Ato da Mesa nº 128, de 27/02/2015.

Florianópolis/SC, 08 de abril de 2015

Diretor Administrativo- Fabício José Satiro de Oliveira

Diretor-Geral- Carlos Alberto de Lima Souza

Sócio- Luiz Ernes Bordin

*** X X X ***

LEIS

LEI Nº 16.609, DE 7 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre o serviço de voluntário no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º O serviço voluntário, incluído aquele previsto nos termos da Lei federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, rege-se no Estado de Santa Catarina pelas disposições desta Lei.

§ 1º Considera-se serviço voluntário, para os efeitos desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física, com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos ou de assistência social, espontaneamente, sem vínculo empregatício e sem encargos trabalhistas, por pessoa física com idade superior a 18 (dezoito) anos, conforme preconizado na Lei federal nº 9.608, de 1998.

§ 2º Para o prestador do serviço voluntário poderá haver ressarcimento pelas despesas comprovadamente realizadas no seu exercício, desde que expressamente autorizadas pela esfera celebrante do Termo de Adesão.

Art. 2º Será admitido como prestador de serviço voluntário qualquer cidadão que atenda, no mínimo, às seguintes exigências:

I - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II - prova de estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar, em caso de candidato do sexo masculino; e

III - prova de ter cumprido com seus deveres eleitorais.

§ 1º As vagas poderão ser preenchidas por pessoas de qualquer formação acadêmica ou qualquer área de interesse, conforme necessidade da conveniente em áreas de atuação que absorvam o serviço voluntário.

§ 2º Os servidores públicos aposentados por tempo de contribuição e na modalidade compulsória terão preferência na celebração do Termo de Adesão aos demais interessados, enquanto pretendentes a serviços voluntários pertinentes à sua área de atuação no serviço público.

Art. 3º A inscrição dos interessados à prestação de serviço voluntário deverá observar, no mínimo, a seguinte documentação:

a) cadastro;

b) cópias da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física;

c) comprovante de residência;

d) comprovante de matrícula (declaração) ou cópia de conclusão do curso, no caso de atividades que exijam qualificação específica; e

e) currículo resumido, incluído neste, se servidor público aposentado por tempo de contribuição ou compulsoriamente, a sua origem e a qualificação profissional.

Parágrafo único. Não será admitida nova inscrição de prestador de serviço voluntário desligado anteriormente por violação das proibições e deveres definidos nesta Lei.

Art. 4º Antes do início das atividades deverá ser celebrado Termo de Adesão entre a entidade pública ou privada e o prestador do serviço voluntário, do qual constarão, entre outros dados dispostos em regulamentação, as tarefas específicas do prestador de serviço voluntário e, ainda, as vedações e deveres inerentes ao serviço voluntário, bem como as obrigações da instituição.

Parágrafo único. O Termo poderá ser alterado pelas partes, de comum acordo, podendo ser rescindido unilateralmente por comunicação escrita, independentemente de motivação, a qualquer tempo, sendo tanto a designação como a dispensa do prestador de serviço voluntário.

Art. 5º Ao término da vigência do Termo de Adesão e não havendo renovação, será providenciado certificado que comprove o exercício de serviço voluntário, no qual constará a unidade onde o serviço voluntário foi prestado, bem como o período e a carga horária cumprida pelo prestador voluntário.

Art. 6º São obrigações da entidade pública ou privada, entre outras estabelecidas no Termo de Adesão, oferecer as condições necessárias para o desempenho das atribuições específicas do prestador do serviço voluntário.

Art. 7º Ao prestador de serviço voluntário é vedado, principalmente:

I - identificar-se, invocando sua qualidade de prestador de serviço voluntário, quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias desenvolvidas; e

II - receber, a qualquer título, remuneração pela prestação do serviço voluntário.

Art. 8º São deveres do prestador de serviço voluntário, entre outros, sob pena de rescisão do Termo:

I - zelar pelo prestígio da entidade conveniente e pela dignidade de seu trabalho, mantendo comportamento compatível;

II - guardar sigilo sobre assuntos relativos à sua atividade;

III - observar a assiduidade, atuando com presteza nos trabalhos;

IV - tratar com urbanidade as pessoas;

V - executar as atribuições constantes do Termo de Adesão; e

VI - respeitar as normas pertinentes aos serviços executados.

Art. 9º O prestador de serviço voluntário é responsável por todos os atos que praticar no exercício de suas atribuições, respondendo pelo exercício irregular delas.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 16.610, DE 7 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a isenção ao hipossuficiente do pagamento de exame toxicológico em concursos públicos, realizados no Estado de Santa Catarina, que o exigirem.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º O hipossuficiente candidato a concursos públicos realizados no Estado de Santa Catarina é isento do pagamento do exame toxicológico naqueles exigidos.

Parágrafo único. Considera-se hipossuficiente todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar o exame toxicológico de que trata esta Lei.

Art. 2º Os órgãos estaduais que realizarem concurso público deverão incluir em seus editais o benefício da isenção de que trata esta Lei e as regras para obtê-lo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 16.611, DE 7 DE ABRIL DE 2015

Estabelece a obrigatoriedade de realização do exame de oximetria de pulso em todos os recém-nascidos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres no Estado de Santa Catarina ficam obrigados a realizar o exame de oximetria de pulso em recém-nascidos.

Parágrafo único. O exame a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser realizado nos recém-nascidos, no intervalo de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) horas de vida, antes da alta hospitalar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 16.612, DE 7 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a doação de um imóvel, de propriedade do Estado, no Município de Campos Novos, e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar ao Município de Campos Novos o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 15.373 do livro nº 2 do Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos.

Parágrafo único. O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui de um terreno urbano situado no Município de Campos Novos, com área superficial de 965,56 m² (novecentos e sessenta e cinco metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), situado do lado par da Rua São João Batista, esquina com a Rua Marechal Floriano, Cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, possuindo as seguintes confrontações: ao NORTE, com a Rua São João Batista (atualmente denominada Praça Lauro Müller), ao SUL, com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ao LESTE, com a Caixa Econômica Federal e ao OESTE, com a Rua Marechal Floriano. Sobre este imóvel foi edificada uma construção em alvenaria, em 2 (dois) pavimentos de 545,00 m² (quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados), totalizando a área construída de 1.090,00 m² (mil e noventa metros quadrados).

Art. 2º A entrega do imóvel objeto de doação por meio desta Lei dar-se-á após a transferência definitiva das instalações do Fórum da Comarca de Campos Novos para sua nova sede, a ser construída em terreno doado pelo Município.

Art. 3º Caso o imóvel objeto da Lei nº 3.664, de 3 de agosto de 2011, do Município de Campos Novos reverta para o patrimônio do Município, a autorização concedida no art. 1º desta Lei perderá seus efeitos e o imóvel matriculado sob o nº 15.373 do livro nº 2, do Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos permanecerá no patrimônio do Estado de Santa Catarina, vinculado ao Poder Judiciário, até disposição contrária.

Art. 4º Eventuais despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do Município de Campos Novos.

Art. 5º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem, por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 034/15

OF. Nº 18/15 Joinville, 25 de março de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Espírita Pavilhão da Caridade - Creche Lar Maria Ofélia Guimarães, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Evelise Cristiane Pinheiro Roecker
Coordenadora Geral

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 035/15

Ofício nº 034/2015 São Lourenço do Oeste, 01 de abril de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São Lourenço do Oeste, referente ao exercício de 2014.

Zilde Mônica Suzin Echer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 036/15

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Espírita de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Alberto da Silva Ferreira Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/15

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1119, de 6 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 1º de abril de 2015.

Gab Dep Luciane Maria Carminatti

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5894	SILVIA THAISA DA SILVA	PALHOÇA

Republicada por Incorreção

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1135, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RICARDO BASTOS FERREIRA, matrícula nº 2220, de PL/GAB-85 para o PL/GAB-95, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep João Amin).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1136, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor DERMESSON LUIZ MENESES, matrícula nº 7286, de PL/GAB-73 para o PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep João Amin).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1137, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ERNANI WOGGINAKI**, matrícula nº 7493, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1138, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor PATRICK ALEXANDRE PALMEIRA, matrícula nº 4420, de PL/GAB-74 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1139, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA DOS REMÉDIOS DE OLIVEIRA PAMPLONA, matrícula nº 7673, de PL/GAB-35 para o PL/GAB-38, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider) Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1140, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ANA PAULA DE SOUZA, matrícula nº 5553, de PL/GAB-67 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1141, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA, matrícula nº 7423, de PL/GAB-33 para o PL/GAB-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1142, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JONES LUIS TOMAZI, matrícula nº 6960, de PL/GAB-52 para o PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1143, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JULIO CESAR GERHARD, matrícula nº 7648, de PL/GAB-52 para o PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1144, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor OTANIR MATTIOLA, matrícula nº 5704, de PL/GAB-65 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1145, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SIDINEI MESNEROVICZ, matrícula nº 7326, de PL/GAB-63 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1146, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JULIANE GRACIELE VON ZESCHAU**, matrícula nº 7540, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (MD - 1ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1147, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JULIANE GRACIELE VON ZESCHAU, matrícula nº 7540, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 07 de Abril de 2015 (Gab Dep Aldo Schneider - Ibirama).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1148, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	15	5/3/2015	2115/2015
2122	SERGIO NEY SANT'ANA DE OLIVEIRA	120	6/2/2015	2127/2015
1101	MARCIA GONZAGA DE OLIVEIRA	90	25/2/2015	2129/2015
1570	LENIR MARTINS ANDRADE LUZ	90	16/2/2015	2130/2015
1097	JORGE LUIZ BIELLA	60	17/2/2015	2131/2015
424	JOSE CARLOS DA SILVEIRA	90	24/2/2015	2132/2015
1450	ADEMIR BELONDINO DA SILVA	30	4/3/2015	2133/2015
1365	DORLI FELIPPI	45	1º/2/2015	2134/2015
1141	LAURA BRASCA	90	18/3/2015	2135/2015
1598	SANIA BARRETO	90	24/2/2015	2137/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1149, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1584	VERA MATTOS	15	20/3/2015	2114/2015
461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	15	13/2/2015	2115/2015
1425	SERGIO LUIZ CARDOSO	15	26/2/2015	2116/2015
4343	RUBIA CARINE ESBROLIO	90	12/3/2015	2117/2015
1470	MARIO SOARES	10	18/2/2015	2128/2015
1900	LOURIVAL BAPTISTOTI	90	9/3/2015	2136/2015
1591	JACQUELINE DE OLIVEIRA VICENTE BITTENCOURT	90	9/3/2015	2140/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1150, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor EVERSON BARBOSA MARTINS, matrícula nº 6615, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-61, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1151, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a Portaria nº 1040, de 31 de março de 2015, que nomeou o servidor BERNARDO KOERICH COLLAÇO, matrícula nº 7475.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1152, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR BERNARDO KOERICH COLLAÇO, matrícula nº 7475, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1153, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR RHOOMENING SOUZA RODRIGUES para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari - Laguna).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1154, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR ARISANGELA DENTI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valduga).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1155, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **NERI ANTONIO DEMETRIO,** matrícula nº 3126, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Gab Dep Mario Marcondes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1156, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR BEATRIZ HELENA WOJCIECHOWSKI VON

BORSTEL para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-12, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 2ª Vice-Presidência - Balneário Camboriú).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1157, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR LUCAS ANDRÉ FERRARI, matrícula nº 6414,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Natalino Lazare - Biguaçu).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1158, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR VALCIR ANTONIO MATIAS para exercer o

cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto - Forquilha).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1159, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CLÓVIS MARCELINO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1160, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CECILIO JOAIR GOMES DE CAMPOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Fernando Coruja Agustini - Lages).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1161, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA GABRIELA KNAPP, matrícula nº 7199, de PL/GAB-63 para o PL/GAL-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1162, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora BRUNA MAGNANI CAMPOS, matrícula nº 7573, de PL/GAL-28 para o PL/GAL-33, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1163, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor CARLOS EDUARDO DE SOUZA, matrícula nº 3809, de PL/GAL-54 para o PL/GAL-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1164, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JULIANA WILKE, matrícula nº 6827, de PL/GAL-63 para o PL/GAL-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1165, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula nº 5095, de PL/GAL-65 para o PL/GAL-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1166, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SCHIRLEI DE AZEVEDO DO AMARAL RIBEIRO, matrícula nº 6957, de PL/GAL-52 para o PL/GAL-54, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Abril de 2015 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1167, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **ILDA MARIA GOMES DOS SANTOS**, matrícula nº 7225, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, DEJANE LUIZA BORTOLI, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 6 de abril de 2015 (MD - Consultoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1168, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ART. 1º - DESIGNAR o servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessora de Planejamento Institucional, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, HELOISA MARA LISBOA VIEIRA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 6 de abril de 2015 (GP - Diretoria Geral).

ART. 2º - Por ter estabilizado Função de Confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1169, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência Técnica de Planejamento Institucional, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARCIO WELTER, que se encontra substituindo a Assessora de Planejamento Institucional por sessenta dias, a contar de 6 de abril de 2015 (GP - Diretoria Geral).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1170, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **ALMERINDA LEMOS THOME**, matrícula nº 4968, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessora técnica-administrativa - Controle de Atividades, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JACQUELINE DE OLIVEIRA VICENTE BITTENCOURT, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 90 dias, a contar de 9 de março de 2015 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1171, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ANGELA MARIA BACK KOERICH**, matrícula nº 2038, Liderança do PSD, a contar de 1º de abril de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1172, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ROSANA BUNN**, matrícula nº 4251, na DA - CSG - Gerência de Protocolo-Geral, a contar de 1º de abril de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1173, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

LOTAR na Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário **CARLA SILVANIRA BOHN**, servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato do Poder Executivo nº 885/2015, de 10 de março de 2015, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2, a partir de 6 de abril de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1174, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 7 de abril de 2015.

Gab Dep Gean Loureiro

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7976	JAIR SEBASTIÃO DE AMORIM	SÃO JOÃO BATISTA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1175, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 2138/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, por 30 (trinta) dias, a contar de 24 de março de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1176, de 8 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
3129	LORIS ZAKHARIA NASSAR CAMISAO	11	19/2/2015	2118/2015
1437	IWANA LUCIA LENTZ	10	5/3/2015	2119/2015

1521	JONAS LEMOS CAMPOS	30	6/3/2015	2120/2015
1121	JOAO CARLOS DOS SANTOS	15	2/3/2015	2121/2015
1990	DIRCE LUCIA PIANO	90	16/2/2015	2122/2015
895	DERLEI CATARINA DE LUCA	7	2/3/2015	2123/2015
7173	CAROLINA SCHROEDER VIEIRA FERNANDES	15	3/3/2015	2124/2015
6571	DAIANA GARCIA BAGGIO	30	2/3/2015	2125/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1177, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SERGIO ROBERTO SCHEFFER, matrícula nº 6708, de PL/GAB-84 para o PL/GAB-91, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Abril de 2015 (Gab Dep Valduga).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1178, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO, matrícula nº 6606, de PL/GAM-71 para o PL/GAM-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Abril de 2015 (MD - 1ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1179, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR FABIANA LETÍCIA DE SOUSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-52, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Vice-Presidência - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1180, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUCAS PEREIRA DE MELO**, matrícula nº 6850, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Abril de 2015 (Gab Dep Leonel Pavan).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1181, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR THOMAZ GIL SIMAS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Balneário Camboriú).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1182, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **TIAGO BORGA**, matrícula nº 7433, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Abril de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1183, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR HENRIQUE TRAMONTIN BORGES para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso - Jacinto Machado).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1184, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MÁRCIO FRITZEN para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mario Marcondes - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1185, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR ORACIO BACHMANN para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-18, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Dona Emma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1186, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MARCELO AUGUSTO COSTA**

RICHARD, matrícula nº 1527, no Gab Dep Mauro de Nadal, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1187, de 9 de abril de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR ELIAS PRYCIUK KUSTER, matrícula nº 9175, servidor da Procuradoria Geral do Estado à disposição da Assembleia Legislativa, no Gab Dep Natalino Lazare, a contar de 8 de abril de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

**PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL**

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 0005.3/2015

Modifica o inciso I do Art. 52 da Constituição do Estado de Santa Catarina e acrescenta os §§ 9º, 10, 11 e 12 no art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina, tornado obrigatória a execução da programação orçamentária específica.

Art. 1º Fica modificado o inciso I do Art. 52 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

Art. 52

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvado o disposto no art. 120, §§ 9º e 10 e art. 122, §§ 3º e 4º;

Art. 2º Ficam acrescentados os §§ 9º, 10, 11, 12 e 13 no art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

“Art.120

§ 9º As emendas individuais de parlamentares ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 0,0225% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

§ 10. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 0,9% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 11. As programações orçamentárias previstas no § 9º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

§ 12. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma dos §§ 9º e 10 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas enviarão ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, a Assembleia Legislativa não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 13. Quando a transferência obrigatória do Estado, para a execução da programação prevista no §§9º e 10 deste artigo, for destinada à Municípios, independência da adimplência do ente federativo destinatário.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider PMDB	Deputado Ana Paula Lima PT
Deputado Antonio Aguiar PMDB	Deputado Cesar Valduga PCdoB
Deputado Cleiton Salvaro PSB	Deputado Dalmo Claro PMDB
Deputado Darci de Matos PSD	Deputada Dirce Heiderscheidt PMDB
Deputado Dirceu Dresch PT	Deputado Fernando Coruja PMDB
Deputado Doutor Vicente PSDB	Deputado Kennedy Nunes PSD
Deputado Gean Loureiro PMDB	Deputado Mario Marcondes PR
Deputado João Amin PP	Deputado José Milton Scheffer PP
Deputado Leonel Pavan PSDB	Deputada Luciane Carminatti PT
Deputado Luiz Fernando Vampiro PMDB	Deputado Manoel Mota PMDB
Deputado Maurício Eskudlark PSD	Deputado Mauro de Nadal PMDB
Deputado Serafim Venzon PSDB	Deputado Natalino Lázare PR
Deputado Neodi Saretta PT	Deputado Padre Pedro Baldissera PT
Deputado Patrício Destro PSB	Deputado Ricardo Guidi PPS
Deputado Rodrigo Minotto PDT	Deputado Romildo Titon PMDB
Deputado Valdir Cobalchini PMDB	Deputado Valmir Comin PP

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Constitucional, elaborada nos moldes da emenda apresentada na Câmara Federal, visa destinar percentual da receita corrente líquida constante na lei orçamentária estadual, para emendas. Atualmente a receita corrente líquida estadual ultrapassa 20 bilhões de reais, destinando percentual equivalente a 4 milhões de reais, por parlamentar, para emendas, totalizando uma execução orçamentária de 160 milhões de reais.

Como consequência do contingenciamento de verbas orçamentárias oriundas de emendas parlamentares, necessário torná-las impositivas. Esclareça-se, por oportuno, que o tratamento discriminatório dispensado às despesas oriundas de emendas parlamentares, frutos de ajustes de vontades entre os dois Poderes, além de representar quebra de compromisso, não encontra respaldo nas normas orçamentárias.

A elaboração de proposta orçamentária requer conhecimento detalhado da realidade social do estado, capacidade técnica e muita sensibilidade para eleger as prioridades. Sabemos que as necessidades da sociedade nas diferentes regiões do estado são variáveis e infinitamente maiores do que as reais possibilidades de transferência de recursos financeiros do setor privado para o público. Por outro lado, as operações de crédito sofrem limitações constitucionais e aquelas decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0093.0/2015

Declara de utilidade pública Associação FRADA - Frente de Ação pelos Direitos dos Animais.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação FRADA - Frente de Ação pelos Direitos dos Animais, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/15

JUSTIFICATIVA

A Associação FRADA - Frente de Ação pelos Direitos dos Animais, com sede no município de Joinville, foi fundada em 25 de junho de 2009, é uma organização social sem fins lucrativos, com caráter educacional, social, cultural e ambiental que tem por finalidade promover a educação, a consciência ecológica holística, a preservação do meio ambiente, o voluntariado e a saúde pública. Visa também promover ações que favoreçam o inter-relacionamento ético de toda a comunidade com o meio ambiente, que sirvam ao interesse da coletividade sem prejuízo ao meio ambiente.

Sua Diretoria é toda voluntária, sem receber qualquer tipo de pagamento ou bonificações.

A entidade promove trabalhos de conscientização, através de campanhas educativas em escolas e empresas da região e eventos envolvendo toda a comunidade local com distribuição de material educativo.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a preservação do meio ambiente e para a defesa dos direitos dos animais da comunidade em que atua, com base na colaboração recíproca de seus associados e no interesse público.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 0094.1/2015

Dispõe sobre a proibição da circulação de veículos transportadores de produtos perigosos entre os Municípios de Joinville e Campo Alegre do trecho Rodoviário Estadual da SC-418, Serra Dona Francisca, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei dispõe o sobre a proibição da circulação de veículos transportadores de produtos perigosos entre os Municípios de Joinville e Campo Alegre do trecho Rodoviário Estadual da SC-418, Serra Dona Francisca, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, fica proibido o transporte de produtos perigosos classificados da Classe 6 - Substâncias Tóxicas e Substâncias Infectantes.

Art. 2º É considerado produto perigoso todo aquele que representa risco à saúde das pessoas, ao meio ambiente ou à segurança pública, seja ele encontrado na natureza ou produzido por qualquer processo. Expedições contendo produtos perigosos devem atender a todas as prescrições contidas na regulamentação referentes à adequação, marcação e rotulagem de embalagens, sinalização das unidades de transporte, documentação, entre outros.

Art. 3º Em caso de emergência que seja necessária a circulação de veículos transportadores de produtos perigosos no trecho proibido, o responsável deverá comunicar ao órgão de trânsito competente.

Parágrafo único. Entende-se por emergência, para efeitos desta Lei, aquela que decorre de caso fortuito ou força maior, em que há necessidade de atendimento imediato, com o fim de salvaguardar a segurança da população.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Em Sessão de 08/04/15

JUSTIFICATIVA

Conhecida por suas belezas naturais e uma vista privilegiada, a SC-418, popularmente chamada de Serra Dona Francisca e que liga Joinville ao Planalto Norte de Santa Catarina, recebe turistas

diariamente para a apreciação da extensa área verde que circunda a estrada. Por outro lado, a rodovia também é famosa pelo seu trajeto sinuoso, principalmente na região da serra, onde apresenta pontos que exigem atenção redobrada dos motoristas.

Assim, no trecho de 68 quilômetros que fica entre Joinville e Campo Alegre, acontecem muitos acidentes, principalmente com veículos de transporte de cargas.

Dessa forma, com o objetivo de tornar o trânsito mais seguro no local, pensou-se nesta Lei que visa proibição da circulação de veículos transportadores de produtos perigosos entre os Municípios de Joinville e Campo Alegre do trecho Rodoviário Estadual da SC-418, Serra Dona Francisca, no Estado de Santa Catarina.

Consideram-se produtos perigosos os materiais, substâncias ou artefatos que possam acarretar riscos à saúde humana e animal, bem como prejuízos materiais e danos ao meio ambiente, conforme definido na Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e nas demais normas específicas que alterem e/ou atualizem a legislação pertinente ao transporte de produtos perigosos.

Portanto, o transporte de produtos perigosos está muito bem regulamentado no Brasil e as fiscalizações são bastante rígidas, visando prevenir e coibir eventuais ocorrências de acidentes por se tratar de produto de periculosidade ao ser humano e ao meio ambiente.

Outra razão importante para essa proibição são os mananciais dos rios Cubatão e Piraí, as principais fontes de abastecimento público de águas de Joinville, que são protegidos pelo Decreto Municipal nº 8.055 de 1997, que criou a Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão, com área de 483,8 km², possui 388,03 km² localizados no município de Joinville. No terço intermediário da Bacia, junto às planícies aluviais, localiza-se a principal estação de captação e tratamento de água do município de Joinville, a ETA Cubatão, responsável por 70% do abastecimento do município.

Já a Bacia Hidrográfica do rio Piraí, afluente do rio Itapocú, ocupa uma área de 569,5 km², sendo que 310,52 km² encontram-se no município de Joinville, equivalente a 27% da área do município. A Bacia do rio Piraí é de extrema importância, por igualmente abrigar a Estação de Tratamento do Piraí, responsável pelo abastecimento de 30% do município de Joinville. O complexo hídrico formado pelo rio Piraí e seus afluentes localizados nas planícies aluviais, favorece o plantio de arroz, sendo responsável por 90% do arroz irrigado do município. Além dos rios e córregos naturais, foram implantados pelos rizicultores 52 km de valas de irrigação, garantindo a produção de arroz da região.

§§Peco, outrossim, o apoio dos meus nobres pares na aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 095.2/2015

“Denomina Agapito Martinho Andrade o Elevado que liga a SC 401 a Avenida Luiz Boiteux Piazza.”

Artigo 1º - Fica denominado Agapito Martinho de Andrade o Elevado que liga a SC 401 a Avenida Luiz Boiteux Piazza, localizado no bairro de Canasvieiras, no município de Florianópolis.

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado João Amin

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/15

JUSTIFICATIVA

Com a finalidade de homenagear importante figura de Florianópolis, mais precisamente do bairro de Canasvieiras, apresento o presente Projeto de Lei.

Agapito Martinho de Andrade nasceu no Bairro de Canasvieiras em 11 de novembro de 1898, no município de Florianópolis, tendo falecido em 14 de maio de 1971.

Casou-se com Beatriz Andrade Cunha, com quem teve três filhos: Valter, Dilma e Odilon.

Foi funcionário da Capitania dos Portos, aonde trabalhava como responsável pela Colônia de Pescadores do Norte da Ilha de Santa Catarina.

Ainda, por muitos anos exerceu funções na Diretoria da Igreja Histórica de São Francisco de Paula, em Canasvieiras. Residia nas proximidades da igreja.

Com esta breve descrição, fica justificada a homenagem que agora submeto aos nobres Parlamentares para análise e deliberação.

Deputado João Amin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 096.3/2015

Institui o Dia Estadual de Incentivo à Redução de Consumo, Reúso e Racionalização de Água, Eficiência Energética e Destinação e Tratamento de Resíduos.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Incentivo à Redução de Consumo, Reúso e Racionalização de Água, Eficiência Energética e Destinação e Tratamento de Resíduos, a ser celebrado, anualmente, no dia 15 de setembro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Dia Estadual de Incentivo à Redução de Consumo, Reúso e Racionalização de Água, Eficiência Energética e Destinação e Tratamento de Resíduos destina-se à realização de atividades com o intuito de:

I - promover o reúso e o uso racional dos recursos hídricos;

II - combater o desperdício de energia e promover a melhoria da eficiência energética, por meio da utilização de tecnologias, recursos e equipamentos disponíveis;

III - promover a correta destinação e tratamento de resíduos nas áreas urbanas e rurais;

IV - incentivar atitudes voltadas para o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício; e

V - disseminar medidas que visem a não poluição dos recursos hídricos, assim como a despoluição daquelas fontes e reservas que se encontram poluídas ou contaminadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/15

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa instituir o Dia Estadual de Incentivo à Redução de Consumo, Reúso e Racionalização de Água, Eficiência Energética e Destinação e Tratamento de Resíduos.

Vivemos em um período em que a discussão sobre a escassez de recursos naturais e a relação do Homem com o meio ambiente está em destaque. Medidas urgentes precisam ser tomadas para modificar o cenário preocupante que se avista em relação ao legado ambiental que deixaremos para as próximas gerações.

É sabido que a água é essencial para a vida, por isso, a necessidade de preservá-la e utilizá-la com o máximo de eficiência possível.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, como todo país em desenvolvimento, o Brasil tem uma grande demanda reprimida de energia - mas os índices nacionais de perda e desperdício de eletricidade também são altos. O total desperdiçado, segundo o Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), chega a 40 milhões de kW, ou a US\$ 2,8 bilhões, por ano. Os consumidores - indústrias, residências e comércio - desperdiçam 22 milhões de kW; as concessionárias de energia, por sua vez, com perdas técnicas e problemas na distribuição, são responsáveis pelos 18 milhões de kW restantes. É nesse contexto, que a busca pela eficiência energética passa a ser essencial para construir um modelo sustentável que cause o menor impacto possível ao meio ambiente.

Da mesma forma, há de se considerar, também, a importância do tratamento de resíduos gerados pelo ciclo de consumo e do processo produtivo com o intuito de diminuir o impacto negativo na saúde humana, assim como no meio ambiente.

No que tange à eficiência energética, deve-se, também, considerar, o modelo de Mobilidade Urbana Sustentável, o qual surge como alternativa ao padrão de mobilidade centrado no transporte motorizado individual, já que este se mostra insustentável, tanto no que se refere à proteção ambiental quanto no atendimento das necessidades de deslocamento que caracterizam a vida urbana. A resposta tradicional aos problemas de congestionamento, por meio do aumento da capacidade viária, estimula o uso do carro e gera novos congestionamentos, alimentando um ciclo vicioso responsável pela degradação da qualidade do ar, aquecimento global e comprometimento da qualidade de vida nas cidades (aumento significativo nos níveis de ruídos, perda de tempo, degradação do espaço público, atropelamentos e estresse).

Escolhemos o dia 15 de setembro, por se tratar do dia anterior ao dia mundial de Proteção da Camada de Ozônio, já que as ações propostas acarretarão uma menor agressão a este "filtro a favor da vida", sem o qual, os raios emitidos pelo Sol (raios ultravioletas) poderiam acabar com todas as formas de vida no planeta.

Nesse sentido, o Poder Público e a sociedade civil catarinense devem firmar uma parceria para que aconteça o debate e a conscientização sobre esse importante tema.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas Parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Gean Loureiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI PL/0097.4/2015

Institui o Programa Catarinense de Agroenergia, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Programa Catarinense de Agroenergia, cujo objetivo é a produção de biogás, por meio de biodigestores, a partir do aproveitamento dos dejetos oriundos, principalmente, da criação de suínos.

Parágrafo único. O Programa de que trata esta Lei será desenvolvido em parceria com os criadores de suínos, integrados e independentes, e as Secretarias de Estado da Agricultura e da Pesca e do Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º As diretrizes para implementação do Programa Catarinense de Agroenergia serão definidas pela regulamentação da presente Lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Natalino Lázare

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Programa Catarinense de Agroenergia, cujo objetivo é fomentar a produção e utilização de biogás, considerando o grande potencial para produção de biomassa a partir do aproveitamento dos dejetos, principalmente, os oriundos da criação de suínos.

A suinocultura é a atividade tradicional do povo rural catarinense, sendo Santa Catarina, além de o maior produtor de suínos, o maior exportador de carne suína do País.

Nesse contexto, pelo numeroso plantel de 7,4 milhões de suínos, a geração de matéria-prima para os biodigestores, por meio dos dejetos produzidos, implica numa formidável fonte de insumo para produção de biogás e sua consequente utilização como fonte de energia.

Estudos indicam que um suíno adulto produz oito litros de dejetos por dia, o que tem uma capacidade para gerar cerca de 0,5m³ de gás, visto que, 1m³ de dejetos tem potencial para gerar até 50m³ de biogás.

Analisando esses números, não é difícil entender o enorme potencial de geração de energia que nosso Estado pode produzir. Aliando-se a isso o correto destino do passivo ambiental gerado pela atividade.

Assim, dada a importância da Política Pública a ser criada por meio do presente Projeto de Lei, solicito aos meus nobres Pares apoio à sua aprovação.

Deputado Natalino Lázare

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0002.5/2015**

Approva as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2010.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2010, integradas pelas contas do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de abril de 2015.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***